

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA  
ÁREA DAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS

O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS INCLUSOS

Joaçaba

2019

JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS

O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS INCLUSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, *Campus* de Joaçaba, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Profª. Dra. Maria Teresa Ceron Trevisol.

Joaçaba

2019

JULIANA AMPESE LAZZAROTTI DIAS

O PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NOS PROCESSOS DE ENSINO E  
APRENDIZAGEM DE ALUNOS INCLUSOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Oeste de Santa Catarina, *Campus* de Joaçaba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa Ceron Trevisol.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/ 2019

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. Maria Teresa Ceron Trevisol – Orientadora  
Universidade do Oeste de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Fernanda dos Santos Paulo – Examinadora interna  
Universidade do Oeste de Santa Catarina

---

Profa. Dra. Mônica Piccione Gomes Rios – Examinadora Externa  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Dedico este trabalho ao meu filho Davi e à minha filha Emanuele, que amo muito. Ao meu esposo, Cristiano, que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, por ter me concedido o dom da vida e permitido alcançar este sonho, possibilitando o conhecimento.

Sou grata aos meus filhos, Davi e Emanuele, pelo carinho, amor e dedicação, por compreender as horas de ausência.

Minha gratidão ao meu esposo Cristiano, que sempre esteve presente em todo meu percurso, apoiando, de modo carinhoso e, principalmente, de forma muito compreensiva, entendendo a minha ausência em muitos momentos.

Meus agradecimentos aos meus pais e aos meus irmãos e à vó Ana, pelo incentivo durante toda a minha caminhada.

Agradeço minha amiga Odete, pelo incentivo e apoio nas horas mais difíceis.

Agradeço à Professora, Dra. Maria Teresa, que não mediu esforços para me auxiliar na orientação desta pesquisa, sou grata por estar comigo nesta caminhada de muito conhecimento.

Aos Professores do colegiado que contribuíram de forma significativa para o conhecimento pelo qual acrescentaria muito em minha vida.

Agradeço também, especialmente, as professoras Dra. Nadiane e Dra. Mônica e a Dra. Fernanda, que participaram do exame de qualificação e da banca de defesa e colaboraram com as suas orientações com o processo de construção desse trabalho.

## RESUMO

A pesquisa realizada objetiva investigar as concepções dos segundos professores, que atuam na rede regular de ensino com educandos inclusos, a respeito de seu papel nos processos de ensino e aprendizagem. O estudo se caracteriza como de cunho exploratório e de natureza qualitativa. A pesquisa foi realizada com 23 (vinte e três) segundos professores atuantes em 06 (seis) escolas da rede pública de ensino, localizadas na microrregião do Alto Uruguai catarinense, situadas na cidade de Concórdia, Santa Catarina. A coleta de dados aconteceu por meio de questionário composto por questões abertas. As análises aconteceram a partir do conteúdo das respostas dos pesquisados. Os principais autores que embasaram a pesquisa foram: Alves (1995); Budel; Meier (2012); Demo (2003); Facion (2008); Feltrin (2004); Ferraz (2005-2006); Garcia (1999); Machado (2005); Mantoan (2003, 2004, 2006, 2007, 2011); Mazzotta (1993); Mittler (2003); Orrú (2014, 2017); Pacheco (2007); Paula (2004); Pichi (2002); Rodrigues (2006); Stainback (1999); Strieder (2013); Tolchinsky (2004); Vygotsky (2003). A análise dos dados evidenciou que os professores pesquisados compreendem a inclusão como socialização; oportunidade de convivência com outros alunos. No que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos no contexto escolar, os pesquisados enfatizaram que constitui um grande desafio, pois eles necessitam atender a diversidade de situações e de sujeitos. O professor responsável pela turma e o segundo professor planejam, na medida do possível, o processo de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos. Na maioria das vezes são realizadas adaptações no plano de aula para atender aos educandos de acordo com as suas especificidades. Um avanço em relação a educação inclusiva foi o direito ao segundo professor em sala de aula para auxiliar os alunos com e sem deficiência, inclusive o professor regente, nos processos de ensino e aprendizagem. Os segundos professores auxiliam os alunos nas atividades educacionais e, também, nas questões de socialização e interação com o meio educacional e social.

**Palavras-chave:** Segundo (s) Professores (as). Inclusão escolar. Processos de ensino e de aprendizagem.

## ABSTRACT

The research aims to investigate the conceptions of the second teachers, who work in the regular network of teaching with included students, regarding their role in teaching and learning processes. The study is characterized as exploratory and of a qualitative nature. The research was carried out with 23 (twenty three) second teachers working in 06 (six) schools of the public school, located in the microregion of Alto Uruguay, located in the city of Concórdia, Santa Catarina, with students with special needs. The data collection was done through a questionnaire composed of open questions. The analyzes were based on the content of the respondents' answers. The main authors that supported the research were: Alves (1995); Budel; Meier (2012); Demo (2003); Facion (2008); Feltrin (2004); Ferraz (2005-2006); Garcia (1999); Machado (2005); Mantoan (2003, 2004, 2006, 2007, 2011); Mazzotta (1993); Mittler (2003); Orrú (2014, 2017); Pacheco (2007); Paula (2004); Pichi (2002); Rodrigues (2006); Stainback (1999); Strieder (2013); Tolchinsky (2004); Vygotsky (2003). The data analysis showed that the teachers studied understand inclusion as socialization; opportunity to coexist with other students. Regarding the teaching and learning process of the students included in the school context, respondents emphasized that it is a great challenge because they need to attend to the diversity of situations and subjects. The teacher responsible for the class and the second teacher plan, as far as possible, the teaching and learning process of the students included. In most cases adaptations are made in the lesson plan to meet the students according to their specificities. An advance in inclusive education was the right to the second teacher in the classroom to assist students with and without disabilities, including the teacher regent, in teaching and learning processes. The second teachers help the students in the educational activities and also in the socialization and interaction with the educational and social environment.

**Keywords:** Second Teachers. School inclusion. Teaching and learning processes.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sujeitos da amostra.....	18
Quadro 2 – Dados Questão 2: Posicionamentos dos profissionais acerca da inclusão .....	50
Quadro 3 – Questão 3: Papel do segundo professor e do professor responsável pela turma nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos .....	56
Quadro 4 – Questão 4: O planejamento e a organização das aulas .....	58
Quadro 5 – Questão 5: Elaboração e execução do planejamento .....	60
Quadro 6 – Questão 6: Avaliação da interação do segundo professor com o professor(a) regente.....	63
Quadro 7 – Questão 8: Limites e possibilidades na atuação do segundo professor .....	68
Quadro 8 – Questão 7: Aprendizagem e estrutura institucional .....	70



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	SITUANDO A TEMÁTICA FOCO DA PESQUISA .....	12
1.1.1	<b>Um objeto de estudo, e uma experiência vivenciada</b> .....	13
2	<b>O PERCURSO DA PESQUISA</b> .....	16
2.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	16
2.2	PROPOSTA DE PESQUISA: UM ESTUDO QUALITATIVO.....	16
2.3	LOCAIS DE PESQUISA .....	17
2.4	A AMOSTRA.....	17
2.5	A COLETA DE DADOS .....	19
2.6	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS .....	20
3	<b>A INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: HISTÓRIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES</b> .....	22
3.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	22
3.2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CIDADANIA: DO DIREITO À EDUCAÇÃO AO DIREITO À DIVERSIDADE .....	30
3.3	O SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA: LEGISLAÇÃO, O QUE A LEI E O DECRETO DO ESTADO DE SANTA CATARINA ESTABELECEM .....	34
3.4	O SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA .....	37
3.5	A INCLUSÃO DO ALUNO NOS PROCESSOS DE ENSINAR E DE APRENDER: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.....	41
3.6	OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO.....	45
4	<b>COMPREENSÃO DO PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS INCLUSOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS</b> .....	49
4.1	COMPREENSÃO DOS DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR: BLOCO 1 .....	49
4.2	O SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA TURMA: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO DA SALA DE AULA: BLOCO 2 .....	56

4.2.1	SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR REGENTE NO PLANEJAMENTO, INTERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA SALA DE AULA.....	56
4.3	O SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA TURMA AVALIAM O TRABALHO DESENVOLVIDO, LIMITES E POSSIBILIDADES DESSA ATUAÇÃO:BLOCO 3 .....	62
4.3.1	ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL ADEQUADO PARA OPORTUNIZAR OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	70
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>75</b>
6	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>79</b>
	APÊNDICE .....	85
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	85
	APÊNDICE B – Questionário entregue aos professores.....	87

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe-se a avançar na discussão a respeito da inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no contexto escolar analisando aspectos que contribuem para a permanência e o aproveitamentodesses sujeitos no referido contexto.

Para Mantoan (2011, p. 37),

adaptar o ensino para alunos que demandam de necessidades especiais implica uma mudança de paradigma educacional, que gere uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo.

Cabe destacar o papel do segundo professor em sala de aula, favorecendo o processo de inclusão e o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. A partir do diagnóstico do aluno, o segundo professor, em conjunto com o professor regente de sala, planeja os processos necessários para que aconteça a aprendizagem.

Segundo Mantoan (2003, p. 15):

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele!

Para o segundo professor, igualmente ao professor regente, torna-se impossível conhecer o aluno sem ter discernimento acerca das realidades que o permeiam, sejam elas de natureza física e ou intelectual e social. O Governo Estadual, por sua competência, formalizou apenas o atendimento aos alunos com diagnóstico médico.

As instituições de ensino do Estado de Santa Catarina baseiam-se na Resolução 112/2006, que, considera-se estudante com necessidades educacionais especiais aquele que apresenta deficiências, síndromes e transtornos, a partir da realidade brasileira.

As instituições de ensino regular têm como obrigação incluir os alunos com necessidades especiais, em todos os níveis de ensino, para que não mais ocorra exclusão nas instituições e na sociedade. É necessário, portanto, repensar a proposta e desbloquear as barreiras preestabelecidas da própria cultura, sejam

assistenciais ou terapêuticas na Educação Especial, é preciso ampliar o olhar e encarar o desafio de maneira que possa haver inclusão não somente no papel, mas também, aplicada.

Não obstante, vale ressaltar que, histórica e juridicamente, são grandes os avanços da educação inclusiva no Brasil, tornando-se visível a preocupação em incluir com seriedade, pensando no bem-estar, nas questões de socialização e nas práticas pedagógicas, considerando que cada educando aprende de maneira diferente, conforme suas especificidades.

### 1.1 SITUANDO A TEMÁTICA FOCO DA PESQUISA

Enquanto instituições, há um grande desafio no que se refere a inclusão, é preciso ressignificar compreensões a respeito do aluno, do lugar do professor, dos métodos de ensino e compreender que os educandos não aprendem de uma mesma forma. As diferenças do aprender são encontradas nos alunos ditos normais, visto que cada qual se identifica em determinado campo educacional, visual, auditivo, e/ou em todos.

Sabemos da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de colocar em ação os meios pelos quais ela poderá se concretizar. Por isso, temos de recuperar o tempo perdido, arregaçar as mangas e promover uma reforma estrutural e organizacional de nossas escolas comuns e especiais. Ao conservadorismo dessas instituições precisamos responder com novas propostas, que demonstrem nossa capacidade de nos mobilizar para dar um fim ao protecionismo, ao paternalismo e a todos os argumentos que busquem justificar a nossa incapacidade de fazer jus ao que todo e qualquer aluno merece: uma escola capaz de oferecer-lhe condições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo. (MANTOAN, 2011, p. 39).

Há que se encarar a inclusão escolar com responsabilidade para que a mesma se efetive e o aluno tenha condições de aprender de forma eficaz, através de estratégias voltadas às necessidades do aluno, no que se refere tanto a aspectos cognitivos quanto de estrutura física e ambiental, desenvolvendo plenamente seu potencial. Mantoan (2011, p. 74-75), enfatiza que em uma perspectiva inclusiva, uma escola de qualidade não duvidaria das possibilidades de aprendizagem dos alunos.

[...] A deficiência de um aluno também não é motivo para que o professor deixe de proporcionar-lhe o melhor das práticas de ensino e, ainda, não justifica um ensino à parte, individualizado, com atividades que discriminam

e que se dizem adaptadas às possibilidades de entendimento de alguns. Ele deve partir da capacidade de aprender desses e dos demais alunos, considerando a pluralidade das manifestações intelectuais. A aprendizagem, também, é imprevisível, por isso, não cabem as rotulações e categorizações para distinguir um aluno do outro por sua capacidade de aprender. O professor precisa considerar que o aluno é um ser em constante vir-a-ser e que precisa de liberdade para aprender e para produzir livremente o conhecimento, no nível em que for capaz de assimilar um tema ou assunto de aula.

Faz-se necessário maior empatia entre as pessoas, entender que todos temos limitações e habilidades, entretanto, é preciso sensibilidade para compreendermos essas questões.

Mesmo com restrições, verificamos, nos dias atuais, que há certa aceitação por parte do contexto escolar na inclusão de alunos com deficiências, visto que a inclusão escolar implica acolhimento de todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, sem distinção de cor, classe social e condições físicas e psicológicas. Nesse sentido, professores comprometidos com seus alunos, que adaptam as tarefas escolares e colaboram para a efetivação do processo de incluir são indispensáveis.

O papel do professor é fundamental, o olhar atento e sensível, dirigido a cada um dos alunos faz com que o professor perceba as suas necessidades e assim passe a acontecer a inclusão escolar. Há muitas maneiras de ensinar, é preciso, contudo, acompanhar se o aluno está aprendendo; portanto, a importância de o professor criar um vínculo e compreender as especificidades dos alunos, sejam elas físicas, emocionais e/ou sociais.

### **1.1.1 Um objeto de estudo e uma experiência vivenciada**

O levantamento de outros trabalhos de pesquisa com afinidade ao foco desse estudo confirmou uma inquietação originária das experiências vivenciadas pela pesquisadora. Este processo não se refere apenas à prática professoral, mas às etapas da vida em que vivi no papel de estudante. A começar pela lembrança da infância, inesquecível, e os primeiros anos na escola, que passaram muito depressa. Foram momentos de alegria, distração e de muita aprendizagem, perpassados por brincadeiras, cantigas e histórias que deixaram boas lembranças. As experiências dos anos iniciais foram diferentes. O brincar foi deixado para trás e a responsabilidade se anunciava a partir dos conteúdos determinados pelo currículo

escolar. É marcante a lembrança de quanto, na quarta série, discutiu-se a respeito das profissões que os estudantes escolheriam para seu futuro. Escolhi o magistério, o ensinar, mesmo com o desencorajamento de minha então professora, pois, segundo ela, eu na condição de estudante tinha dificuldades de aprendizagem. Hoje, já me constituindo professora, permito-me a avaliar essas vivências com outros olhos. Entendo que todo indivíduo tem condições de aprender e ensinar. Outrossim, conforme afirma Freire (2002), “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.”

Partindo da matéria-prima da experiência, a presente pesquisa parte da vivência com a turma do curso de Ensino Médio-Magistério, em que lecionei, em 2010, a disciplina de Didática de Séries Iniciais, na cidade de Concórdia, SC. Estas estudantes prestariam processo seletivo para estagiárias de Centros Municipais de Educação Infantil, mas também seriam incumbidas de serem estagiárias de estudantes com deficiências, síndromes e transtornos. Algumas dessas estudantes desistiram de efetuar o processo seletivo e, mais tarde, do próprio curso de ensino médio, por não estarem ou não se sentirem preparadas para esse desafio. Outras estudantes, entretanto, adaptaram-se aos desafios e identificaram-se com as questões da educação especial. Nesse sentido, interessei-me em pesquisar o profissional que atua na educação especial, particularmente, o segundo professor, sua formação, o que necessita saber em relação ao estudante, às deficiências, e como trabalhar com ele.

Somando-se a isso, ao concluir a graduação em Pedagogia, em 2005, com a oportunidade de atuar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), onde foi possível entender o sentido de estar na área da educação.

Atualmente atuo no Atendimento Educacional Especializado – AEE, em turno integral e minhas atribuições, além de atender os educandos, atuo com ensino médio no curso de magistério, há 9 anos, com a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Nesse sentido, considerando esses aspectos, o problema que norteará essa investigação será como o segundo professor compreende seu papel no processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusos que frequentam o ensino fundamental e médio. Diante dessa problemática, lançam-se as seguintes questões:

- a) Qual a concepção de segundos professores a respeito da inclusão de alunos no ensino regular de ensino?
- b) Qual a compreensão de segundos professores a respeito do seu papel nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos?
- c) Como o segundo professor atua, juntamente com o professor responsável pela turma, no que se refere ao planejamento e organização dos processos educativos?

Dessa forma, o trabalho apresenta como *objetivo geral*: investigar as concepções dos segundos professores que atuam na rede regular de ensino sobre inclusão dos educandos e os processos de ensino e aprendizagem.

Como *objetivos específicos*: a) Identificar a concepção dos segundos professores a respeito da inclusão; b) Analisar a compreensão dos segundos professores a respeito do seu papel nos processos de ensino e aprendizagem de alunos inclusos; c) Verificar como o segundo professor organiza, juntamente com o professor regente os processos educativos escolares.

Considerando o problema, as questões e objetivos de pesquisa este trabalho foi organizado em 3 (três) seções.

A primeira seção trata da introdução do tema, da problemática da pesquisa, dos objetivos gerais e específicos, da justificativa deste estudo.

A segunda seção apresenta a discussão teórica dividida em subseções referentes à revisão da literatura em relação ao assunto abordado neste estudo.

A terceira seção apresenta a discussão dos dados coletados na pesquisa. Nesta parte são apresentadas as análises da investigação relacionadas com os dados coletados e estas serão confrontadas com o referencial teórico. E, por fim, as considerações finais.

## 2 O PERCURSO DA PESQUISA

Esta seção tem como objetivo apresentar o percurso de organização da pesquisa realizada: tipo e locus da pesquisa, amostra, procedimentos de coleta e de análise de dados.

### 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo realizou-se em forma de uma pesquisa qualitativa, com enfoque participante, através de questionário, de caráter exploratório.

Para Gatti (2002), a pesquisa é compreendida de forma questionada, investigativa, visando respostas às indagações da realidade, possibilitando novos conhecimentos e indicando as possíveis melhorias da realidade investigada.

Nesse contexto a pesquisa é desenvolvida e há que se analisar cuidadosamente os métodos e técnicas para investigação científica, pois o processo acontece em inúmeras fases, em seu tempo específico para se pensar nas questões envolvidas, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange o maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões: Como? Com quê? Onde? Quanto? (LAKATOS, 2010).

Todo pesquisador precisa ser um curioso, um questionador, sendo que esta qualidade deve ser exercida o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutífero quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com a realidade empírica (MINAYO, 2009).

### 2.2 PROPOSTA DE PESQUISA: UM ESTUDO QUALITATIVO

Este estudo se caracteriza como de cunho exploratório e de natureza qualitativa. Segundo Richardson (1999), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação entre curtas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Também se classifica como descritiva, uma



vez que descreve o tema da inclusão educacional de crianças portadoras de necessidades educativas especiais na rede regular de ensino. Para Gil (1999, p. 44), a pesquisa descritiva juntamente com a exploratória, é um dos tipos de pesquisa, que habitualmente os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática efetuam. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Abrange também o método exploratório, visando familiarizar-se com o tema, tornando-o explícito, a fim de construir hipóteses por meio de levantamento bibliográfico. Também para Gil (1999, p. 43), a pesquisa exploratória “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos com hipóteses pesquisáveis.”

Nessa abordagem qualitativa, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas dentro desse processo. É possível perceber um vínculo entre a subjetividade do pesquisador e o meio pesquisado, o qual não é possível ser traduzido por números. O meio em que o pesquisador está inserido é a fonte de dados. Esses dados serão apresentados de forma descritiva e analisados indutivamente (MINAYO, 2007).

Com essas abordagens metodológicas, a pesquisa visa à reconstrução de diversas ideias e teorias, possibilitando a identificação de resultados científicos que ampliem os conhecimentos específicos a respeito da inclusão, transformando e desenvolvendo o trabalho dos atores educacionais.

### 2.3 LOCAIS DE PESQUISA

Este estudo foi realizado em 6 (seis) escolas, das 12 (doze) escolas públicas, de educação básica, localizadas na microrregião do Alto Uruguai catarinense, situadas na cidade de Concórdia, Santa Catarina. A escolha pelas instituições, para a realização da pesquisa, ocorreu, inicialmente, por meio de um contato com a gerente de educação - 6ª Gered Concórdia tendo em vista identificar as escolas públicas que possuíam segundos professores atuando com alunos inclusos.

### 2.4 A AMOSTRA

A amostra desta pesquisa foi constituída por 23 (vinte e três) professores que

atuam como segundos professores nas salas de aula, em 6 (seis) escolas da rede estadual de ensino, do município de Concórdia, SC. Na escola E1, são 03 (três), segundos professores, E2, são 03 (três), E3, são 04 (quatro), E4 são 06 (seis), E5 são 06 (seis), E6 1 (um), que atuam como profissionais que auxiliam os educandos portadores de necessidades especiais nas dificuldades básicas e no processo de ensino e aprendizagem.

A partir da aceitação da proposta de pesquisa, tanto por parte das escolas quanto dos profissionais, iniciamos a investigação conforme os dias e horários que possibilitaram a participação dos envolvidos. Os profissionais que participaram da pesquisa preencheram um Termo de Acesso à Escola autorizado pela Gerência da Educação, para coleta dos dados, incluso um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a publicação posterior dos dados obtidos (Apêndice A).

Os professores que participaram da pesquisa, sujeitos da amostra, estão caracterizados no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Sujeitos da amostra

Escola	Entrevistados		Faixa etária		Nível de ensino		Formação	
E1	P1	3	31 a 40 anos 41 a 58 anos	1 2	2 ano E. M 1 ano e 3 ano E. M	2 1	Efetuando graduação Pós-graduado	2
	P2							1
	P3							
E2	P4	3	20 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 58 anos	1 1 1	1 ano E. M	3	Pós-graduado	3
	P5							
	P6							
E3	P7	4	20 a 30 anos 31 a 40 anos	1 3	4 ano E. F 5 ano E. F 7 ano E. F 8 ano E. F	1 1 1 1	Pós-graduado	4
	P8							
	P9							
	P10							
E4	P11	6	31 a 40 anos 41 a 58 anos	5 1	1 ano E. F 3 ano E. F 4 ano E. F 5 ano E. F 7 ano E. F	1 1 1 2 1	Efetuando Graduação Graduado Pós-graduado	3
	P12							2
	P13							1
	P14							
	P15							
	P16							
E5	P17	6	20 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 58 anos	2 3 1	1 ano E. M 2 ano E. M 2 ano E. F 3 ano E. F 7 ano E. F	1 1 1 1 1	Efetuando Graduação Graduado Pós-graduado	2
	P18							3
	P19							1

	P20 P21 P22				5 ano E.F	1		
E6	P23	1	31 a 40 anos	1	1 ano E. M	1	Efetuating Graduação	1

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

Considerando os dados que fazem parte desse quadro destacamos alguns aspectos: a) quanto ao sexo: 22 (vinte e dois) são do sexo feminino e 01 (um) do sexo masculino; b) de acordo com a faixa etária são 04 (quatro) segundos professores tem entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos; 14 (quatorze) entre 31 (trinta e um) e 40 (quarenta) anos e 05 (cinco) com faixa de 41 (quarenta e um) a 58 (cinquenta e oito) anos de idade; c) 08 (oito) dos pesquisados que atuam em sala de aula no ensino médio e 14 (quatorze) no ensino fundamental; d) quanto a formação 08 (oito) estão efetuating graduação, 05 (cinco) são graduados e 10 (dez) são pós-graduados. Esses profissionais que atuam como segundos professores são formados ou estão em formação, aspecto que favorece o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula.

Na Resolução N° 112 do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina o profissional, “para assumir a vaga de segundo professor precisa ter licenciatura na área de Educação Especial, como há poucos professores habilitados nesta área, a segunda opção é licenciatura em Pedagogia e áreas afins”.

Os docentes pesquisados, a fim de resguardar as identidades, foram identificados por meio de letras, seguidos de códigos numéricos, no caso de professores (as) e escolas. São identificados de tal forma: Escola E 1, 2, 3, 4, 5, 6 – Professor (a) P 1... P23. As escolas foram numeradas de 1 a 6 e os professores de 1 a 23.

## 2.5 A COLETA DE DADOS

Segundo Lakatos (2003), são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam conforme as circunstâncias ou o tipo de investigação.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário (Apêndice B) composto por questões abertas, com a finalidade de diagnosticar e compreender o que ocorre no contexto escolar, particularmente, quando se refere à inclusão; a

compreensão dos segundos professores sobre os processos de ensino e aprendizagem planejados e aplicados em sala de aula.

Primeiramente, houve um diálogo com a 6ª Gerência de Educação – Gered - Concórdia, explicando a temática e perguntando a respeito da possibilidade da realização da pesquisa por meio da conversação com os profissionais das 6 (seis) escolas que seriam pesquisadas. Em conversa com os segundos professores explicamos o tema da pesquisa, conhecendo e refletindo a respeito das questões voltadas à compreensão de seu lugar e papel no processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusos e, em seguida, aplicou-se o questionário.

A coleta de dados aconteceu nas instituições, sendo que em um primeiro momento os segundos professores receberam um termo de consentimento, após assinado receberam o questionário da presente pesquisa. Esse primeiro e também o segundo contato aconteceu pessoalmente com os segundos professores. Os objetivos da pesquisa foram explicitados aos segundos professores envolvidos com a pesquisa.

No segundo momento, após um tempo delimitado para os professores responderem o questionário, houve o retorno às instituições para a recolhidos questionários.

## 2.6 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Após o recolhimento dos questionários nas escolas efetuou-se a digitação das respostas para análise das questões respondidas pelos segundos professores. Organizaram-se as questões e as respostas dos pesquisados que colaboraram para responder os objetivos da pesquisa. Foram efetuadas leituras das respostas dos pesquisados buscando abstrair dessas respostas argumentos semelhantes e argumentos que se diferenciavam. Esses argumentos foram organizados em quadros síntese especificando esses diferentes argumentos e a sua ocorrência. As questões do questionário e as respostas dos professores foram organizadas em Blocos de análise que está relacionado a cada um dos objetivos da pesquisa. Na sequência apresenta-se o detalhamento dos blocos de análise e de seus objetivos.

*Bloco 1*, é composto pela questão 2 do questionário objetivando identificar a compreensão dos docentes acerca da inclusão dos alunos no contexto escolar.

*Bloco 2* é composto pelas questões 3, 4 e 5 analisam como o segundo professor e o professor responsável pela turma planejam e organizam as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula.

*Bloco 3* é composto pelas questões 6, 7 e 8 e objetiva verificar como o segundo professor e o professor responsável pela turma avaliam o trabalho desenvolvido, limites e possibilidades dessa atuação.

A análise e discussão dos dados coletados foi embasada por autores que discutem e investigam questões relacionadas aos processos de inclusão na escola.

### 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O presente capítulo apresenta o contexto histórico da Educação Especial e inclusiva, a elaboração do documento Plano Político Pedagógico (PPP), o papel do segundo professor do estado de Santa Catarina, suas atribuições e fragilidades no processo de ensino e aprendizagem, bem como as possibilidades para promoção da inclusão, de forma coletiva, embasado em pressupostos teóricos que colaboram para a compreensão dessa trajetória histórica e as legislações.

#### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão se faz necessária por ser um direito adquirido, assim como é direito de todo cidadão a educação. Portanto incluir vai além de ser um ato de amor, é uma necessidade que ao longo da história a humanidade exigiu. Por anos a pessoa deficiente foi vista com ser inválido, rejeitado pela própria família e conseqüentemente pela sociedade.

A partir de estudos sobre a educação especial e inclusiva e implementação de legislação, fica evidenciado que muitas foram as mudanças em relação a pessoa com necessidades especiais, primeiramente a sociedade mudou o olhar sobre essas pessoas tornando possível se libertar do preconceito.

Conhecer a história da inclusão, os processos de discussão a esse respeito, possibilita ao profissional compreender como os fatos aconteceram e deveria mover ações cada vez mais comprometidas em prol do alcance desse objetivo.

No Brasil, o atendimento escolar aos deficientes teve início em meados do século XX, com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (hoje, Instituto Benjamim Constant), em 1854, e do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (hoje, Instituto de Educação de Surdos – INES), em 1857, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que, durante o Império, o atendimento tinha a função mais de asilo do que de espaço educacional para pessoas consideradas deficientes. Após a Proclamação da República, a Educação Especial começou a se expandir, embora de forma muito lenta. Na primeira metade do século XX, havia no Brasil um total de quarenta estabelecimentos de ensino regular que prestavam algum tipo de atendimento escolar a deficientes mentais e outros quatorze estabelecimentos que atendiam também alunos com outras deficiências (BRASIL, 1994, p. 2).

Vale ressaltar que quando se pensou, primeiramente, no atendimento ao

deficiente havia muito pouca oferta em relação à demanda. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos documentou a respeito da necessidade de estar assegurado a todos os sujeitos o direito à educação, direito reafirmado na conferência mundial sobre a educação para todos, a qual garante os direitos fundamentais de cada educando atendido, independentemente de suas particularidades.

No entanto, apesar de não acontecer a inclusão, mesmo com direito assegurado, de certa forma existia atendimento ao aluno com deficiência, pelas instituições de ensino especializado.

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências.(MAZZOTTA, 1999, p.31).

A inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas de ensino regular tornou-se um assunto relevante, por se tratar de uma questão social que considera criar oportunidades de educação para todos, sem discriminação. Verifica-se, ao longo da história da inclusão que as esferas governamentais se mobilizaram para legitimar o direito ao acesso, pelo fato de existir muito contrassenso no atendimento às pessoas com necessidades especiais, cada instituição de ensino agia da maneira que conviesse, que lhe fosse confortável, inclusive em âmbito social.

A educação especial ou educação de excepcionais, como é também denominada, hoje se constitui um dos aspectos, ramos ou modalidades de educação, conforme seja percebida, que tem merecido a atenção de estudiosos e pesquisadores das mais diversas áreas da atividade social. Diferentes abordagens (filosófica, política, psicológica, pedagógica, social, médica) tem sido utilizadas para explicitar seu papel para os indivíduos, as famílias, a escola e a sociedade. Ora parece a preocupação com estudos voltados para aspectos técnicos ou metodológicos de cada uma das esferas de sua atuação, ora é dada ênfase na compreensão de sua função ideológica em relação à educação e à sociedade. Sem discutir aqui méritos específicos das perspectivas de investigação e análise da educação especial e dos resultados por ela oferecidos, não se pode deixar de registrar que elas revelam a existência dessa educação e sua importância no cenário educacional (MAZZOTTA, 1993, p. 11).

Muitos caminhos foram percorridos, muitas tentativas no intuito de chegar ao que se entende por processo assertivo, pensando na educação dos alunos e visando integração destes com o meio é que se pensou um formato de proporcionar o atendimento de acordo com a realidade.

No entanto, o processo de integração a partir da Constituição Federal (1988), passou a ser assegurada a garantia contra qualquer tratamento discriminatório e também assegurado atendimento educacional especializado ao deficiente, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Na Constituição Federal, no Título III, do direito à educação e do dever de educar, no art. 4º inciso III (BRASIL, 1988), educandos com necessidades especiais são aqueles que possuem necessidades incomuns e, desse modo, diferentes dos outros alunos no que diz respeito às aprendizagens curriculares compatíveis com suas idades. Em razão desta particularidade, estes alunos precisam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios. (BRASIL, 1988, p. 41)

O ambiente utilizado para as práticas de ensino e aprendizagem deve ser diversificado, através da socialização e interação com espaço físico e humano para que aconteça o processo de inclusão, o discernimento e um olhar diferenciado das pessoas envolvidas no trabalho voltado a alunos com necessidades especiais; precisa ser organizado de forma que promova a aprendizagem por meio de práticas diferenciadas, adaptação de conteúdos e exploração de espaços, afim de oportunizar a autonomia do aluno enquanto ser humano.

Para Picchi (2002, p. 14):

Sem dúvida houve conquistas e para tanto basta considerar a retrospectiva histórica da Educação Especial e lembrar algumas de suas fases: a “eliminação”, não só da própria deficiência, mas também das pessoas que eram “eliminadas”; o misticismo; o assistencialismo; a integração, onde, realmente, obtivemos grandes ganhos e avanços. Apesar das tendências apontarem para a fase de Inclusão, sua efetivação na História, [...] ainda está por acontecer e cabe a todos nós, cidadãos, prepará-la.

De fato, a inclusão pode acontecer quando realmente a sociedade abraçar e oportunizar situações para que os alunos sejam integrados ao meio escolar.

Precisa-se acreditar que se cada ser humano fizer sua parte, respeitando a inclusão em suas particularidades, toda a sociedade conquistará avanços significativos no viver e conviver de forma natural.

Na sequência, outros movimentos aconteceram fortalecendo a ideia de que a



pessoa com necessidades especiais fosse vista como ser com potenciais a serem desenvolvidos, como por exemplo a Declaração de Salamanca (1994): “A conferência firma o princípio e a discussão da prática de garantia de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nessas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. ”

Este movimento trouxe medidas transitórias em que a criança passa do estado de atendimento clínico para, segundo as políticas educacionais, fazer parte do meio educacional e social, não como paciente, mas cidadão participante.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE), são:

todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de sua dificuldade de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais especiais em algum momento de sua escolarização.

Se a criança estiver inclusa na estimulação precoce, os ganhos são imensuráveis por que ao ser inserida no contexto escolar, mais cedo se torna possível observar as deficiências na aprendizagem e as especificidades de cada aluno. A partir da LDB (1996), evidenciou-se a relevância da necessidade dos alunos frequentarem o sistema regular de ensino, possibilitando a aprendizagem.

De acordo com a Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996) no que se refere: a) o atendimento educacional é gratuito, portanto, a oferta do atendimento especializado no âmbito da rede pública de ensino não pode ser cobrada; b) pessoas em idade escolar são consideradas “educandos com necessidades especiais”, o que pressupõe um enfoque pedagógico, ou, mais precisamente, um enfoque psicopedagógico, no que se refere ao atendimento educacional. O corpo e a alma dos educandos são de responsabilidade de todos os que promovem a formação escolar. A criança com deficiência mental tem as funções intelectuais situadas abaixo dos padrões considerados normais para sua idade e, em consequência, pode apresentar dificuldades no desenvolvimento e comportamento adaptativo.(BRASIL, 1996)

Dessa maneira, o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das crianças com deficiências, aquelas que experimentam dificuldades temporárias ou permanentes na escola. Se o princípio básico da escola inclusiva é de que toda criança tenha direito à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de aprender, considerando a vasta diversidade de características e necessidades individuais, essa mesma escola precisa ser um dos agentes de promoção social.

A inclusão faz menção à maneira como nos relacionamos com os outros, reconhecendo e respeitando as diferenças, sejam elas de raça, cor, sexo ou etnia, porém, infelizmente, nem sempre se pensava assim. O processo de inclusão vem de uma longa transição e que ainda não se encontra concluída, mas que se apresenta de outra forma em relação aos comportamentos e às atitudes que se tomavam contra as pessoas deficientes.

A partir da LDB (1996), compreendemos a importância do atendimento educacional em qualquer nível de ensino, sempre destacando o enfoque nas questões pedagógicas e enfatizando a responsabilidade na formação escolar. Para Stainback e Stainback (1999, p. 21):

[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Com implementação de práticas de ensino diferenciadas, olhar observador dos profissionais envolvidos e contemplar a necessidade de adaptação curricular de acordo com os alunos a serem atendidos pode-se favorecer o aprender.

Portanto, o conhecimento em relação às pessoas consideradas diferentes, ainda é causadora de atitude de culpa, de desespero e indignação, pois muitos profissionais não têm discernimento sobre as deficiências, as síndromes e os transtornos. É preciso saber sobre as causas e como lidar com a inclusão para, facilitar o processo de socialização e a intervenção pedagógica.

A educação inclusiva deve ser uma realidade nacional tanto nas escolas públicas quanto nas da rede privada de ensino, para que haja realmente um espaço amplo e democrático, destinado a todos, sem discriminações. (BRASIL, 2008)

A legislação, no Brasil, evoluiu no que diz respeito, principalmente, à educação escolar. Com relação a isso, Martins (2005), para ilustrar, apresenta uma metáfora: “as leis andam a passos de tartaruga e, por isso, caducam; enquanto as legislações, atualizam-se no espaço e no tempo. Os conceitos de educação especial e necessidades educacionais especiais exemplificam bem a assertiva e a metáfora.

Segundo a resolução nº 112, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (2006, p. 3), na Educação Especial da Rede Pública de Ensino o discente

com necessidades especiais em modalidade de ensino terá apoio do segundo professor, bem como serão oportunizados serviços especializados.

Assim consta no artigo 4º:

Art. 4º A Educação Especial, no âmbito do sistema de ensino, deve ser compreendida como uma modalidade transversalizada nos níveis de ensino, etapas e modalidades da Educação Básica, organizada para apoiar, complementar e suplementar a aprendizagem dos educandos de que trata essa Resolução.

Parágrafo Único. A rede pública de ensino disponibilizará, quando necessário:

I. Professor Intérprete – professor ouvinte com fluência em LIBRAS, que interpreta o professor regente para atuar em turmas mistas compostas por educandos ouvintes e surdos.

II. Professor Bilingue – professor ouvinte com fluência em Língua Portuguesa e LIBRAS e, para atuar na educação indígena, deve ainda, ter fluência na língua da etnia.

III. Instrutor da Língua Brasileira de Sinais – professor surdo com fluência em LIBRAS que atua com o ensino da língua de sinais.

IV. Segundo Professor em Turma – professor com habilitação em Educação Especial – área 5 (cinco) que atua com o professor regente nas turmas onde exista matrícula de educandos, de que trata esta resolução, que requeiram dois professores na turma.

V. Acompanhante Terapêutico – profissional que acompanha educandos de que trata esta resolução, em condições de sofrimento psíquico intenso, privados total ou parcialmente, de laços sociais e afetivos e da possibilidade da livre circulação pelo espaço escolar.

VI. Técnico na Área da Saúde – profissional vinculado à Secretaria de Saúde que atuará na unidade escolar que tenha matrícula de educandos de que trata esta resolução, que requeiram procedimentos clínicos.

VII. Serviço de Atendimento Educacional Especializado – SAEDE;

VIII. Serviço de Atendimento Especializado – SAESP.

IX. Assessoramento sistemático às escolas, independente da esfera administrativa com previsão e provisão de recursos para deslocamento do profissional entre as unidades escolares. (SANTA CATARINA, 2006)

Baseado na legislação do Estado de Santa Catarina, toda pessoa com necessidades especiais tem direito ao acesso aos recursos supracitados, entretanto, existem poucas informações sobre a estrutura física desses locais e como está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem. Contudo, estas informações são importantes quando se defende uma educação igualitária.

A educação inclusiva é um processo no qual se amplia a participação de todos os educandos. Há uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos.(BRASIL, 2008)

Tem-se tornado cada vez mais evidente a necessidade de quebra de paradigmas, promover uma mudança cultural, na qual o aluno ideal é aquele que apresenta um único padrão comportamental e educacional. Na educação especial

várias situações de exclusão têm sido aparentes, porém há busca por informações e desmistificação acerca da inclusão e os processos de interação social.

No momento atual, quando entendemos que estamos na era dos direitos, pensamos diferentemente acerca das necessidades especiais. A ruptura com a ideologia da exclusão visa à implementação de uma política de inclusão, que vem sendo debatida e exercitada em vários países, entre eles, o Brasil, respaldada pela Constituição Brasileira (1988), pela Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990), pela Declaração de Salamanca (1994) e pela LDBEN (1996), que preconiza o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, de modo preferencial, em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino (MAZZOTTA, 2003).

O pensar a respeito da educação inclusiva surgiu de reflexões realizadas por pessoas oriundas dos mais diversos segmentos da sociedade, muitas experiências foram realizadas no intuito de proceder da melhor maneira acerca da inclusão, em todos os níveis de ensino, em suas particularidades, dependendo da época e local. O foco principal de toda essa caminhada é justamente o aluno e o atendimento dispensado a ele, pois quando este recebe um olhar diferenciado sobre si ele pode se tornar protagonista de sua história em conexão com o social, ambiente onde está inserido enquanto ser.

A razão mais importante para a inclusão é o valor social, é a criança sentir-se integrada no seu grupo, com todas as condições de aprendizagem, apesar da diferença. O desejo está justamente em como atender a inclusão e facilitar seu aprendizado. A arte de facilitar a inclusão envolve criatividade, o desejo de mudanças, a elevação da autoestima do educando, o redimensionamento de ações e a possibilidade de vencer os medos que provocam os limites (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 22).

Tão relevante quanto, está a figura do profissional envolvido no processo de ensino e aprendizagem, que desempenha um papel fundamental na inclusão do indivíduo que vem para uma instituição com uma expectativa sobre sua importância diante do grupo; o professor, ao longo da história, vem-se aperfeiçoando da maneira mais apropriada possível para proporcionar ao aluno um ambiente adequado, com práticas de ensino pensadas e repensadas afim de que todos se tornem inclusos no meio educacional e social, pois o segundo professor e o professor regente assumem o papel mais relevante na promoção da inclusão.

A educação de excepcionais, ou educação especial, como já dito, se caracteriza por alguns elementos tais como "currículo especial ou adaptações ao currículo comum, recursos materiais, equipamentos e aparelhos específicos e pessoal profissional adequadamente preparado. Dentre tais elementos, o pessoal profissional, particularmente o professor, constitui o pilar fundamental. Evidentemente, ao lado das condições gerais e específicas de que sua posição no contexto educacional e social em que atua, a competência profissional do docente "põe em xeque" a estrutura e o funcionamento da educação escolar. Necessariamente mediadas pela educação comum, a educação especial e a situação de excepcionalidade na educação escolar dependem fundamentalmente da qualidade ou da competência dos professores comuns e especializados. (MAZZOTTA, 1993, p.41).

Tal reflexão remete diretamente à necessidade de realizar uma pesquisa aprofundada voltada aos processos de ensino e aprendizagem que envolve a inclusão no estado de Santa Catarina, mais precisamente às questões voltadas ao currículo, a acessibilidade, o planejamento e práticas de ensino, visando as especificidades de cada um envolvido no processo, bem como levando em consideração o documento norteador de cada instituição.

### 3.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

Muito se pensa a respeito de como acontece a inclusão do indivíduo numa instituição de ensino e conseqüentemente na sociedade, para tanto é de extrema importância a legitimação para que todas as esferas envolvidas no processo tenham acesso ao documento norteador, que precisa, necessariamente, ser elaborado principalmente com a participação de profissional com formação na Educação Especial e Inclusiva, juntamente com os demais profissionais envolvidos.

Segundo Ferraz (2005-2006, p.11):

[...] a educação inclusiva passa pelo Projeto Político Pedagógico das escolas, da formação continuada dos professores a mudanças estruturais, havendo muito para se fazer, e o modo de condução desse processo tem efeitos diretos sobre seus resultados.

O Projeto Político Pedagógico, se construído e aplicado de maneira coletiva, pode ser um instrumento que dê início a uma nova maneira de pensar a educação. A partir da construção coletiva do PPP, toda a comunidade escolar é ouvida,

suscitando diferentes olhares sobre um mesmo objeto. Baseando-se em princípios democráticos de reflexões coletivas, de troca de ideias, o resultado desse documento é o aprendizado significativo, condizente com a realidade do aluno. Essa é a educação que se deve propor uma educação autônoma, democrática e para todos.

A educação escolarizada precisa contribuir para a formação de sujeitos construtores de sua própria história, conscientes de seu papel perante a sociedade.

É importante ressaltar que o PPP não garante a qualidade de ensino e não acaba com os problemas da educação. Esse projeto é elaborado conjuntamente com a comunidade escolar e tem o intuito de apresentar propostas educacionais que atendam à demanda social e propiciem uma educação de qualidade, que valorize cada educando, cada qual a sua maneira.

O Projeto da escola ainda precisa garantir a preservação da dignidade humana, a busca de identidade e o exercício da cidadania. No entendimento de Mantoan (2003, p. 64):

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar – sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma.

Para a organização da educação pautada em direitos, que preservem a igualdade, mas que respeitem a diferença, a proposta pedagógica deve assegurar um conjunto de recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente, para amparar, integrar, suplementar e até substituir os serviços educacionais comuns, garantindo o atendimento às diferenças dentro da diversidade humana. Todo o compromisso dos educadores precisa estar voltado para garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

Como política de educação, a inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular não apenas demanda a matrícula do aluno ou a permanência física junto com aqueles considerados normais, mas também representa a possibilidade de revermos

concepções e paradigmas, num profundo respeito pelas diferenças (BRASIL, 2006).

Atender às diferenças, às necessidades especiais, ressignificar, mudar o olhar da escola, pensando não apenas na adaptação e inclusão do aluno, mas na adaptação deste ao contexto escolar significa torná-los múltiplos, ricos de experiências e possibilidades, prontos para conviverem com as diferenças.

Na construção desse processo, ressaltamos a função social da escola que, por intermédio de ações diversas, favorece interações múltiplas, definindo em seu currículo práticas heterogêneas e inclusivas que garantam o acesso e a permanência dos alunos.

O Projeto Político Pedagógico de cada escola que se faz inclusiva necessita atender ao princípio da flexibilidade em seu currículo, respeitando seu caminhar próprio e favorecendo seu progresso escolar.

Na percepção de Mantoan (2003, p. 65):

A reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. Esse projeto, que já se chamou de “plano de curso” e de outros nomes parecidos, é uma ferramenta de vital importância para que as diretrizes gerais das escolas sejam traçadas com realismo e responsabilidade. Não faz parte da cultura escolar a proposição de um documento de tal natureza e extensão, elaborado com autonomia e participação de todos os segmentos que a compõem. Tal projeto parte do diagnóstico da demanda, penetra fundo nos pontos positivos e nos pontos fracos dos trabalhos desenvolvidos, define prioridades de atuação e objetivos, propõe iniciativas e ações, com metas e responsáveis para coordená-las.

Cabe a cada unidade escolar avaliar ou diagnosticar sua realidade educacional e complementar o seu PPP, criando alternativas de serviços e a ordenação de funcionamento desses serviços, preferencialmente, dentro da escola, na comunidade, e que venham a favorecer a aprendizagem dos alunos. A sala de recurso é hoje uma opção, um recurso que complementa o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, sendo considerada uma alternativa de apoio à inclusão.

Essas noções de projeto pedagógico da escola e de concepção curricular estão intimamente ligadas à educação para todos que almejamos conquistá-la. Em última instância, viabilizam sua concretização.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos. Perceber as necessidades especiais

dos alunos atendidas no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais não somente modifiquem suas atitudes e expectativas em relação a esses alunos, mas também que se organizem para constituir uma real escola para todos, que atenda essas especificidades.

O projeto pedagógico da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve orientar a operacionalização do currículo como um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos.

Segundo Ferraz (2005-2006, p. 11),

Pensar a educação é pensar a diferença. Toda ação é investimento de desejo, expressão, diferença. Em que aspectos somos iguais? Na diferença. Na escola, como em casa, nas praças, nas ruas, a diversidade é o que há. Não há outra coisa senão diversidade. Dito isso, a diferença apresenta-se como elemento fundamental da educação e condição para pensar a inclusão.

O Projeto Político Pedagógico e o currículo, nessa visão, são instrumentos úteis que precisam ser elaborados pelos profissionais da educação e também pensados e reelaborados sempre que houver necessidade.

Na compreensão de Feltrin (2004, p. 63):

Nenhuma solução é simples ou otimista. A escola que não pensa a inclusão como um desafio a ser enfrentado e resolvido corre o risco de, em vez da inclusão, passar a conviver com a “exclusão funcional”, em que os programas são inadequados ou indiferentes às necessidades dos alunos [...]. Evidente, quando se fala em escola inclusiva, não se fala apenas das unidades que se arriscam em receber alunos com NEE, mas de todo o sistema que, também na prática, deveria ser inclusivo, dispor de recursos materiais e humanos para o atendimento conveniente dos alunos que demandam esses serviços.

As adaptações curriculares no nível do projeto pedagógico necessitam focalizar, sobretudo, a organização escolar e os serviços de apoio. Precisam propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica ao aluno. É necessário reorganizar a escola, os projetos pedagógicos e administrativos, para que a educação inclusiva se efetive.

Faz-se necessário realizar adaptações significativas no Projeto Político Pedagógico de cada escola para o atendimento dos alunos e indicar conteúdos curriculares de caráter mais funcional e prático, observando suas características individuais.



A educação tem o grande desafio de ressignificar suas práticas diante de uma realidade social e educacional excludente. A educação das crianças especiais é vista como um problema, e realmente é, pois, as escolas não estão preparadas pedagogicamente para atender às necessidades educativas de cada aluno.

Mantoan (2003, p. 75) evidencia que:

Não se pode imaginar uma educação para todos, quando caímos na tentação de constituir grupos de alunos por séries, por níveis de desempenho escolar e determinamos objetivos para cada nível. E, mais ainda, quando encaminhamos os que não cabem em nenhum desses grupos para classes e escolas especiais, argumentando que o ensino para todos não sofreria distorções de sentido em casos como esses.

Portanto, para que o educador consiga ensinar a todos os alunos sem diferenciar os saberes, é preciso que ele tenha claro que todos os seus alunos já sabem alguma coisa e que todos têm potencialidades para aprender, cada qual, porém, num tempo próprio.

### 3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CIDADANIA: DO DIREITO À EDUCAÇÃO AO DIREITO À DIVERSIDADE

Essa subdivisão objetiva analisar em que medida o processo de inclusão ocorre nas escolas, atualmente, e se dessa forma são garantidos o direito à educação e à diversidade. Para Mantoan (2003, p. 23),

a concepção inclusiva, conforme a lei, evidencia que o atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para se garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, sendo a quebra de qualquer ação discriminatória com o favorecimento de todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos.

A promoção da inclusão e o direito à cidadania enfrenta muitos desafios, muitas barreiras a serem superadas, porém há um grande percurso a ser trilhado afim de transformar uma realidade excludente, refletir a respeito da quebra de paradigma educacional, compreendendo sobre como ela se adapta aos parâmetros

da educação escolar na qual estamos entrelaçados. Mantoan (2011, p. 77-78), define a inclusão referindo-se à pesquisa no dicionário da palavra incluir, que significa

compreender, abranger, fazer parte, pertencer, processo que pressupõe, necessariamente e antes de tudo, uma grande dose de respeito. A inclusão somente é possível onde houver respeito à diferença e, conseqüentemente, a adoção de práticas pedagógicas que permitam às pessoas com deficiência aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas possibilidades. Qualquer procedimento, pedagógico ou legal, que não tenha como pressuposto o respeito à diferença e a valorização de todas as possibilidades da pessoa deficiente não é inclusão.

Vários foram os avanços na Educação Inclusiva, sendo que a lei que garantiu que os alunos especiais fossem incluídos no Ensino Regular permitiu que eles fizessem parte da comunidade escolar e tivessem interação e, além disso, adquirissem o conhecimento conforme suas potencialidades e a socialização.

As instituições de ensino precisam ressignificar o acordo com o paradigma de ética, cidadania e democracia que ampara os movimentos da educação inclusiva.

Segundo o Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205, da Constituição, este prescreve, em seu artigo 208, que o “dever do Estado é oportunizar a educação efetiva mediante a garantia de [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988).

Cada passo, objetiva garantir os direitos à educação inclusiva e possibilitar ao ser humano, indiferentemente de suas especificidades, conviver em sociedade de acordo com seus direitos, o que está explicitado na Constituição Federal de 1988, no Art. 208.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, além de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (BRASIL, 1988)

As redes regulares de ensino podem propiciar momentos em que os alunos especiais são inclusos, se sintam acolhidos e que possam mostrar os seus potenciais, uma vez que para muito este ambiente é o único que oferece oportunidade para que eles sejam protagonistas de sua história, façam parte de um ambiente onde consigam interagir efetivamente apesar de suas limitações.

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (MANTOAN, 2003, p.30).

Para que a educação inclusiva aconteça realmente, sem discriminação e diferença, as instituições de ensino carecem efetivamente de acolher os educandos de forma que estes desenvolvam suas habilidades conforme as condições adaptadas e com profissionais qualificados de acordo com a situação, o que facilitará o aprendizado e, conseqüentemente, seu desenvolvimento intelectual.

O princípio fundamental da linha de ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. Devem acolher crianças com deficiências e bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1997, p. 17-18).

Assim, é evidente que todas as crianças necessitam ser incluídas na sociedade, porém, para que isso seja possível, inicia-se a partir de diálogos nas instituições com os profissionais das diversas áreas com objetivo de suprir as necessidades, comungando de um mesmo objetivo com os segundos professores e responsabilidade sobre os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou sem.

A aprendizagem é possível que aconteça em todos os momentos e espaços, pois o ser humano é muito inteligente para aprender a aprender. É preciso desenvolver a capacidade de cada aluno, desde que este seja estimulado e lhe seja oportunizado ambientes que gerem movimento, independente da resposta ao estímulo. Para Odalia (2016, p.168),

quando falamos, escrevemos ou pensamos sobre cidadania, jamais podemos olvidar que ela é uma lenta construção que vem se fazendo a partir da Revolução Inglesa, no século XVII, passando pela Revolução Americana e Francesa e, muito especialmente, pela Revolução Industrial.

Há um percurso longo em se tratando de cidadania e inclusão, com períodos de grandes lutas e muitas barreiras, porém no que se refere aos educadores e profissionais, há esperança, uma vez que se faz importante ressaltar que a formação continuada é parte do cotidiano no fazer pedagógico, o que reflete diretamente na inclusão do cidadão. O profissional que trabalha com a inclusão precisa ser um

eterno questionar sobre sua prática em sala de aula com um olhar voltado as questões sociais que envolvem o cotidiano do aluno.

Cabe a nós, educadores, compreendermos nosso papel nesse jogo de relações que constitui a dinâmica social e educacional. Até onde estamos servindo aos ditames da dominação e da preservação dos dispositivos de vigilância e de controle, utilizando-nos, para tal, dos atributos e dos mecanismos de que somos investidos no cenário cultural e político do país? Até que ponto estamos contribuindo com o movimento de mudança que pode levar a uma melhoria na qualidade de vida das pessoas e na construção de uma sociedade mais justa e democrática? Como estamos lidando com a diversidade na escola e na sociedade? De onde e de que estamos falando quando nos referimos às diferenças? Onde pensamos tocar quando agimos no presente empreendendo um salto para o futuro? Presente e futuro que estão, inexoravelmente, em nossas mãos, em nossos pés, em nossas mentes e em nossos corações. (MARQUESapudMANTOAN, 2013, p. 54).

Tornar-se um profissional comprometido com o ensino e a aprendizagem do aluno incluso requer muita dedicação e reconhecimento de que o fazer pedagógico envolve além das práticas de ensino, fundamentadas em teorias e o conhecimento profundo das leis que regimentam a questão incluir, o discernimento acerca do papel do profissional que o segundo professor desenvolve, no desempenho de sua função.

### 3.4 O SEGUNDO PROFESSOR EM SALA DE AULA: FORMAÇÃO, ATUAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O segundo professor assume um papel muito relevante na vida do aluno incluso, pois auxilia nas suas condições individuais, no desenvolvimento de práticas de ensino e aprendizagem, inclusive no que se refere a locomoção nos espaços educativos, levando-se em consideração a acessibilidade, vale ressaltar, então que é de extrema necessidade a busca por aperfeiçoamento na área específica de formação docente, na Educação Especial.

Ao refletir sobre a educação faz-se necessário rever a questão da formação do professor e as práticas pedagógicas que sejam bem desenvolvidas, assim garante o sucesso nas aprendizagens escolares, atrelados nos direitos e deveres dos alunos.

Parece-nos claro que dado que o ensino, a docência, se considera uma profissão, é necessário, tal como noutras profissões, assegurar que as pessoas que a exercem tenham um domínio adequado da ciência, técnica e arte da mesma, ou seja, possuam competência profissional (GARCÍA, 1999, p.22).

Portanto, quando o profissional assume o seu papel enquanto docente ele precisa adotar uma postura, e compreender a necessidade da formação continuada para realizar, de maneira responsável, com domínio e conhecimento o processo de aprendizagem do aluno, pois somente um profissional em constante aprendizagem tem condições de rever suas práticas e avaliá-las baseado na evolução e desenvolvimento do seu aluno.

Um enfrentamento é na redefinição dos fins da educação especial, cujo perfil dos atendimentos deve assegurar, principalmente, que a escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais seja como a dos demais alunos. Assim, é preciso atentar para que seus profissionais sejam capacitados para atuar no sistema regular de ensino junto às escolas, uma prática que eles não carregam como herança e, portanto, tem de ser objeto de formação continuada, prevendo que sua intervenção, no âmbito das escolas, esteja assentada em práticas de ensino a serem desenvolvidas com esses alunos em turmas do ensino regular. Ainda entre outras possíveis atribuições, precisam reorientar seu conhecimento e sua prática para atuar em cargos administrativos em diversos órgãos dos sistemas públicos de ensino, a fim de construir políticas de educação para todos, além de realizar atividades de assessoria e acompanhamento de planejamento e de implantação de políticas educacionais públicas que visem a atender com qualidade as demandas desses alunos (ARANTES apud MANTOAN, 2006, p. 68).

Há, portanto, entraves que o segundo professor enfrenta ao se deparar com uma instituição em que muitos dos profissionais nela inseridos estejam desprovidos de conhecimento acerca do que é a inclusão. Nesse sentido, um profissional preparado, com conhecimento teórico-prático se faz necessário.

Superadas as primeiras angústias de aula que utilizem estratégias dos professores começa-se a elaboração de planejamento mais coletivas, que possam permitir a participação de todos. É importante que esses planejamentos partam de princípios de reconhecimento de múltiplas aprendizagens e formas de lidar com os conhecimentos, evitando-se que a permanência desses alunos se restrinja a programas diferenciados e isolados do processo vivenciado pelos demais alunos. As discussões e reflexões a respeito das possibilidades formadoras da escola, motivadas pela presença dessas crianças, tem resgatado, para o patamar de objetivos pedagógicos, importantes processos de construção da cognição social, do desenvolvimento das competências envolvidas nos processos de socialização, das aquisições de atitudes de solidariedade e cooperação. Essas discussões têm proporcionado avanços na atuação da escola para com todos os alunos (MANTOAN, 2011, p. 87).

No contexto da escola o segundo professor, cria uma expectativa em relação a escolha pela vaga de atuação, pois não tem ciência das especificidades encontra no indivíduo a ser atendido, mas tem que encarar as adversidades encontra no

percurso do ano letivo. Por isso faz-se importante rever as questões de ambiente, de socialização e também os processos de ensino e aprendizagem, afim de que o segundo professor consiga desempenhar o seu papel de maneira coletiva com o professor regente e com toda a classe. Orrú (2014, p.34) destaca

[...] as mudanças na prática pedagógica que ocorrem de modo gradativo quando estes professores, em torno de um trabalho cooperativo, pensam sobre sua prática e colocam-se como pessoas diante de desafios e não apenas como profissionais. Supomos que isto deve ser acompanhado por uma luta dos professores não somente por melhores salários, mas também por melhores condições de trabalho.

A formação do segundo professor deve contemplar habilidades para compreender os anseios de cada aluno dentro de suas especificidades e proporcionar os conhecimentos por meios facilitadores, afim de que o aluno seja agente transformador de acordo com a realidade. De acordo com o quarto artigo do decreto

Art. 4. Visa atender às necessidades na educação inclusiva, assegurando que o aluno tem direito ao segundo professor habilitado, para auxiliá-lo no processo de ensino e aprendizagem, atendendo às especificidades de cada aluno, buscando compreender o que o cerca na sua vida estudantil (SANTA CATARINA, 2006).

Mantoan (2011), define o que acontece com o aluno quando o professor de sala de aula e, conseqüentemente o segundo professor, têm discernimento acerca do trabalho a ser realizado em sala de aula.

Almejar a educação de qualidade não é buscar uma verdade absoluta, mas seguir o que regem as leis, pois estão fundamentadas e pautada em interesses visando a igualdade de cada cidadão, em se tratando do fazer pedagógico e inclusão, o profissional tem ciência de que seguirá objetivando garantir o acesso do conhecimento pelo aluno, afim de enfrentar os desafios, anseios e sanar dúvidas. Para complementar o decreto do estado de Santa Catarina, surge a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

A educação se constitui como direito, mesmo sendo que na prática muitas vezes não acontece, por falta de professores com qualificação, e sem suporte de órgãos. (BRASIL, 2015).

Quando o segundo professor pensa na promoção e construção do cidadão ele desenvolve atividades que visam promover um ambiente saudável, afim de que o aluno compreenda os caminhos para sua autopromoção enquanto indivíduo participativo, na construção de uma sociedade mais justa.

O professor especialista tem que constantemente provocar e permitir o desenvolvimento desse aluno, assumindo uma posição de investigador. Para tal, ele não trabalha com um planejamento fechado realizado de cima

para baixo, muito menos com exercícios previamente estabelecidos. O processo de construção de conhecimento, nesse caso, não é ordenado de fora ou de cima para baixo, e não é possível ser planejado sistematicamente, obedecendo a uma sequência rígida e predefinida de conteúdo a serem assimilados. Todo o planejamento e mesmo as atividades são construídos a partir do aluno; o professor traça o caminho do processo de aprendizagem em acordo com seus alunos. Para tal é necessária uma formação específica, pois, o professor, para sustentar esse lugar, precisa ter conhecimento profundo da proposta, do fazer pedagógico e das possibilidades de seus alunos (MANTOAN, 2011, p. 124).

É preciso que o professor saiba desenvolver a prática e a teoria conjugadas, que seja claro e objetivo acerca das possibilidades de progresso no contexto da diversidade encontrada na formação humana, e compactuada com as práticas de ensino, com olhar diferenciado sobre a condição que se encontra professor e aluno, adaptando as didáticas ao espaço físico e social disponível. Segundo Mantoan (2011, p. 79),

há muitas escolas regulares que abriram suas portas para alunos com deficiência especiais e tentam, seriamente, fazer uma escola de qualidade, com respeito a todos os alunos, deficientes ou não. E há também muitas escolas especiais que optaram por atender seus alunos no turno oposto ao que frequentam a escola comum, com resultados altamente positivos. Inclusão não é favor para pessoas com deficiência. Ela é um direito. Formar professores para essa escola significa formar para atuar com o múltiplo, com o heterogêneo, com o inesperado mudando nossa maneira de planejar, de ministrar as aulas, de avaliar, de pensar a gestão da escola e das relações dos professores com seus alunos.

Os governos vêm regulamentando leis, afim de promover a inclusão e o acesso nas instituições de ensino, a formação continuada para o segundo professor se torna tão ou mais importante que a formação de graduação, por acompanhar o movimento da legitimação dos processos que permeiam esta questão, portanto, depende da instituição de ensino proporcionar e promover ambiente de planejamento coletivo que envolva a participação assídua e comprometida da comunidade escolar, que envolva a família e a sociedade em geral para a promoção dos alunos inclusos, afim de encarar os desafios e vislumbrar as possibilidades de progredir dentro de suas especificidades.

### 3.5 A INCLUSÃO DO ALUNO NOS PROCESSOS DE ENSINAR E DE APRENDER: DESAFIOS E POSSIBILIDADES



A inclusão constitui um desafio que demanda de responsabilidade de todos os envolvidos no contexto escolar, sem discriminação, com olhar justo na promoção de um espaço igualitário, prevenindo que a exclusão aconteça.

Num determinado momento da história, o curso de graduação em pedagogia não era contemplado com a disciplina de fundamentos da educação especial, também não existia curso de graduação em educação especial. Com a Declaração de Salamanca (1994), na Espanha, o projeto de escola inclusiva foi mais precisamente delineado.

No que se refere às necessidades educacionais especiais, ela assegura que “aquelas que possuem necessidades educacionais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-la dentro de uma pedagogia centrada na criação capaz de atender às suas necessidades.” (UNESCO, 1995 apud PACHECO, 2007, p. 15).

O segundo professor desempenha um papel indispensável no desenvolvimento do aluno enquanto cidadão, indivíduo, possibilitando alternativas para aprimorar as habilidades cognitivas, emocionais, sociais e físicas, os processos de ensino e de aprendizagem planejados e organizados pelo segundo professor e professor regente como um compromisso desses profissionais. O compromisso da escola não é somente em construir um aluno cidadão com direitos e deveres, mas promover a socialização.

É possível transformar a escola regular assegurando ao portador de necessidades educacionais especiais (PNEE) o direito à acessibilidade, práticas de ensino elaboradas de maneira que privilegie valores que favoreçam sujeitos com ou sem deficiências, primando pelo desenvolvimento integral do ser humano, na promoção da aprendizagem significativa que respeite as limitações do aluno, com processos avaliativos que favoreçam a sua manifestação, o livre de padrões tradicionais, uma inclusão afetiva, empática, que torna o aprendizado agradável.

O processo inclusivo vai muito além do que expor ao aluno o conhecimento, para que a aprendizagem ocorra, não depende somente do aluno isoladamente e sim das práticas de ensino, que reconheçam a aprendizagem num processo de acertos e erros, de forma individual ou coletiva, sendo que quando acontece a ressignificação das práticas, a possibilidade de abranger o grupo em sua totalidade se torna mais evidente. Portanto, é mister que haja um diagnóstico realizado por profissional da área competente, para evidenciar a patologia, afim de

que quando o aluno for inserido no espaço apropriado para suprir suas necessidades de aprendizagem e socialização, quando necessário e possível. Com diagnóstico preciso a instituição de ensino não fica à mercê de questionamentos pré-estabelecidos voltados ao achismo preconceituoso que muitas vezes parte da própria família, além de profissionais despreparados para realizar determinadas observações.

Segundo Machado (1994, p.85)

[...]é possível intensificar a problematização por pior que sejam as dificuldades econômicas, intelectual ou afetivas por que passam algumas crianças. Pesquisemos a história escolar da criança encaminhada, por quais séries e professores passou, em qual classe está no presente e como essa classe foi formada. Qual a versão e qual expectativa da professora que encaminha? Qual versão dos pais e a da criança sobre o que está acontecendo com ela? Ao final de um processo que considere esses fatores, o encaminhamento será algo conquistado nas relações com os vários atores, ou então terá efeitos alienantes. Se encaminhamos a criança para a classe especial, devemos ter a responsabilidade de analisar os efeitos desse acontecimento prevendo possíveis mudanças nas opiniões constatadas e nas condutas sugeridas. Penso ainda na importância de discutir o sentido de se fazer, após um diagnóstico, encaminhamento para terapia e orientação de pais sem proporcionar a possibilidade prática de sua concretização.

É preciso se questionar acerca da expectativa que o segundo professor tem sobre o encaminhamento dos processos de aprendizagem, a respeito do conhecimento prévio do aluno. O diagnóstico possibilita compreender a maneira adequada para atender as necessidades do aluno, desde a interação social, até mesmo dos processos de ensino e aprendizagem.

Mediar a diferenciação psicológica é ter a consciência de que não podemos massificar a sala de aula e tratar todos os alunos de forma igual. Sabemos que parece utópico o tratamento individualizado, diferenciado, personalizado, porém o pouco que fazemos nessa direção já surte efeitos. Compreender efetivamente que “cada um é um” já é um grande passo para o sucesso do aluno. Quando o professor valoriza o aluno de altas habilidades, propondo-lhe desafios, está personalizando. Quando atende ao aluno com deficiências, indo até sua carteira, ajudando-o a ir mais um passinho adiante em sua compreensão, está considerando as diferenças. Isso é respeitar o ser humano. O professor deve mostrar aos seus alunos o objetivo de cada um de seus passos. Com o tempo, eles sentirão necessidade de estabelecer objetivos para suas próprias vidas (BUDEL, 2012, p. 156).

A inclusão vem acontecendo em cada instituição de acordo com sua realidade, baseada em práticas, e planejamentos por partes dos envolvidos no processo.

O segundo professor, além de não receber formação continuada apropriada para o exercício de sua função, não possui formação acadêmica, gerando insegurança no desenvolvimento de seu trabalho.

A família, por sua vez, observa, através do desenvolvimento do aluno, que pode não estar acontecendo um trabalho diferenciado para atender as especificidades deste indivíduo

O processo de inclusão social das pessoas com necessidade especiais tem caminhado a passos lentos no Brasil. A LDB n. 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação (2008) explicitam o direito à educação na rede regular de ensino, por inúmeras vezes, encontramos depoimentos de estudantes e seus familiares, os quais afirmam a não garantia de permanecer no espaço escolar em razão da falta de preparo de professores e relatam a ausência ou precariedade de recursos de apoio que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem desse alunado (ORRÚ, 2014, p.179).

É importante realizar uma reflexão a respeito do modelo de escola estruturada da melhor maneira possível, com o objetivo de promover a inclusão que proporcione autonomia ao aluno como cidadão, protagonista da própria história, afim de que ele se sinta parte do todo como agente, com igualdade, comungando com os diferentes.

Muitose tem discutido a respeito do direito à inclusão do aluno com necessidades especiais, no entanto, o objeto de preocupação é muito maior, pois a inclusão, ou seja, o ato de incluir não pode estar dissociado do todo, levando em consideração todos os envolvidos na ação, pois quando o professor e o segundo professor se encontram num sistema justo, amparados por leis que sustentam o seu fazer pedagógico, estes profissionais realizarão um trabalho de maneira mais competente e feliz, a família estará, inevitavelmente, tranquila pelo processo desenvolvido, enquanto que o aluno, não apenas aquele com necessidades especiais, poderá apreciar este movimento.

Nesse sentido muito mais frutífero é indagar: “Quais são as condições do problema da inclusão?” E sabendo, pois, que os problemas são as próprias ideias, problematizar que possibilidades de desenlace podemos criar no amago engendrado dos problemas latentes na própria inclusão. Por conseguinte, a questão maior não é deixar a inclusão ao esquecimento e irrealização, tampouco nos determos a elementos analíticos para explicarmos por que ela não funciona. Isso não é buscar a verdade pela gênese do problema. A problematização não é algo simples, ao contrário, é

complexa. O problema tem sua existência no interior de suas próprias resoluções. São argumentativos e nunca estáticos. Assim, o aprendiz (todos nós) constitui e cria problemas que não se reduzem à prática da mesma maneira que não se deixa influir pelas aparências nem por teorias. (ORRÚ, 2017, p.43).

Os desafios são grandes e parece impossível de se efetivar a inclusão na sua totalidade, mas muitos estudos e vivências caminham para evidenciar que é possível incluir quando parte do professor e segundo professor a proposta de dialogar, de forma séria e responsável, sobre o aluno com necessidades especiais.

Os alunos possuem habilidades a serem desenvolvidas e estas podem ser construídas em parceria com o professor e o segundo professor. Entretanto, para isso, faz-se necessário identificar formas diversificadas de trabalhar e desenvolver essas habilidades.

### 3.6 OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM E A INCLUSÃO

A escola é o ambiente mais apropriado para proporcionar aos alunos alternativas de se estabelecer comunicação com o mundo além dos muros da instituição de ensino, é ela a maior responsável em gerar a conexão entre o tradicional e o contemporâneo, resgatar e promover valores adequados na construção do ser social e/ou individual enquanto aprendiz.

Da mesma forma acontece na inclusão, a escola é a ponte que liga o aluno, da família ao contexto social, quando o aluno incluso se relaciona com outras pessoas ele tem a oportunidade de se inserir nas condições que o meio lhe proporciona. Cabe ao segundo professor a orientação nesse processo de inserção.

A escola inclusiva, que se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender, é aquela que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens. Sabemos que o processo de transformação da escola comum é lento e exige uma ruptura com os modelos pedagógicos vigentes. E sabemos também que em muitas escolas especiais os alunos lutam para aprender a mesma coisa que as escolas comuns tentam lhes ensinar, por tempo indefinido e indeterminado, sem que esses conhecimentos lhes possibilitem construir habilidades e competências para a vida (MANTOAN, 2011, p. 78).

O diagnóstico prescrito pelo médico é o que vai determinar o processo a ser percorrido pelos profissionais de sala de aula no desenvolvimento de metodologias apropriadas e adaptadas para atender alunos inclusive em suas especificidades.

Precisa-se de uma transformação da escola, na quebra de paradigmas de fatores sociais e culturais e mudanças de modelos pedagógicos para que todos sejam considerados como aprendizes em potencial.

As particularidades que possibilitam o aprendizado no desenvolvimento do aluno, partindo do planejamento, repensando as práticas que os envolvam, de acordo com as necessidades educacionais e pensar nas limitações como possibilidades, explorar as habilidades que o aluno traz consigo, geralmente não são observadas e desenvolvidas sem o auxílio do parecer médico.

As crianças estabelecem uma comunicação visual com o mundo exterior desde os primeiros meses de vida, pois são estimuladas a olhar para tudo o que está à sua volta. Elas são capazes de seguir o movimento dos objetos e dos seres sem sair do lugar. Usam as mãos, engatinham, andam e correm para alcançar o alvo de interesse por que a visão detecta e integra de forma instantânea e simultânea mais de 80% dos estímulos presentes no ambiente. O ato de ver possibilita a atividade exploratória em um determinado espaço, a associação de som e imagem, a imitação de gestos ou comportamentos, a percepção e a integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens (MANTOAN, 2011, p.111).

A empatia desperta muitos sentimentos positivos para o desenvolvimento do aluno em todo âmbito educacional e social, o professor com a mente aberta e práticas flexíveis que constrói o saber de forma dialética, desenvolve com o aluno uma relação saudável em que todos são beneficiados dentro dos mesmo direitos e deveres, atuantes na promoção de um ser protagonista da transformação do conhecimento.

O professor deve criar com seus alunos o hábito de compartilhar situações vividas por todos, inclusive por ele próprio; deve contar, por exemplo, como foi seu dia anterior e ouvir o que eles têm a dizer sobre o deles. Isso auxilia na aproximação entre professor e alunos e reforça os vínculos afetivos, tão necessários para o convívio e essencial para a aprendizagem. Compartilhar a aprendizagem, processos de aprendizagem, estratégias de resolução de problemas e tudo o que puder ajudar os colegas de turma a aprender deve ser uma prática incentivada. Quando, além disso, o professor compartilha suas formas de pensamento, suas dúvidas, suas experiências relacionadas à aprendizagem, incluindo seus insucessos, seus alunos irão percebê-lo como sendo mais humano e aproximar-se dele. A relação professor-aluno deve ser uma relação afetiva, de admiração e de respeito mútuo. (BUDEL, 2012, p.154)

Cada criança em seu interior carrega uma bagagem de conhecimentos, com princípios éticos e morais, o ser humano é detentor de experiências vivenciadas e desenvolvidas ao longo de sua existência, todos têm condições de aprender, quando adaptados a situações diversificadas na aquisição do conhecimento.

Para Tolchinsky (2004, p. 31),

Cada ser humano parte de uma dotação genética que não é repetível, como também não o são as experiências vividas e os recursos desenvolvidos para resolvê-las. Essa concepção de aprendizagem é válida para todos os sujeitos, incluindo os que tem mais carência. Não existem crianças “diferentes” todas o são.

O profissional quando se propõe a assumir a inclusão precisa estar ciente de que a formação tem que ser continuada, de que ele tenha que estar aberto e flexível no desenvolvimento do seu trabalho para experimentar teorias e práticas até que encontre o modelo mais adequado para acolher e assistir o aluno.

O processo de ensino e de aprendizagem do aluno é favorecido quando é incentivado pelo professor, quando ele promove um ambiente apropriado para a construção do conhecimento por meio de um ambiente autônomo, dinâmico e flexível.

A possibilidade de se ensinar todos os alunos, sem discriminações e sem métodos e práticas de ensino especializados, deriva, portanto, de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola, para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. Não se pode encaixar um projeto novo em uma velha matriz de concepção do ensino escolar. As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projeto inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão das deficiências a outras dificuldades de natureza relacional, motivacional e cultural dos alunos (MANTON, 2011, p.63).

Para que a aprendizagem ocorra com sucesso é preciso e é de fundamental importância o apoio não somente por parte da escola, e professor e os segundo professores, mas a família soma e muito na construção do conhecimento e da socialização dos alunos com a sociedade. Vários foram os avanços em relação as famílias participarem deste processo de conhecimento, visando alternativa benéficas para que o aluno se sinta parte da escola.

A aprendizagem não é algo formalmente organizada, mas sim constituída por vivências, por processos providos com a presença de um outro (o professor, o colega, o familiar, o amigo, o desconhecido...) e também conosco mesmos, sem a presença física de outrem. A aprendizagem pode se compor de maneira intencional, de livre vontade, em momentos dedicados ao estudo de algo, como também em momentos de entretenimento. Aprendemos o tempo todo, muitas vezes sem a consciência da ocorrência do aprendizado. A aprendizagem se re-inventa sempre, pois não está confinada a um local apropriado (escola) para se aprender, ao

contrário, ela se arranja nos diversos espaços de aprendizagem (todos os locais). Também não é aprisionada em um momento destinado para que ocorra (horário da aula), mas continuamente, pois todos os momentos podem ser e favorecem a aprendizagem (ORRU, 2017, p. 65).

O processo de inclusão acontece a partir da interação, revisando conteúdos previamente estudados para a promoção da aprendizagem, adequando as estratégias, os materiais de ensino, pois os alunos necessitam ser orientados a rever, aprender por meio de diferentes recursos de aprendizagem envolvendo os diferentes sentidos, pois dessa forma assimilam melhor os conhecimentos. Faz-se necessário ter sequências nas atividades, através do diagnóstico, a fim de observar os conhecimentos do aluno e posteriormente aplicar atividades para acompanhar o desenvolvimento de tarefas.

## **4 COMPREENSÃO DO PAPEL DO SEGUNDO PROFESSOR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE ALUNOS INCLUSOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS**

Esta seção tem o objetivo de apresentar e analisar os dados coletados por meio do questionário aplicado aos segundos professores da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, na cidade de Concórdia, sendo que 23 (vinte e três) docentes participaram desta pesquisa, os quais são atuantes em 6 (seis) escolas de Educação Básica que atendem alunos com necessidades educacionais especiais.

As respostas das questões que compuseram o questionário foram organizadas em blocos, de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim:

*Bloco 1*, é composto pela questão 2 do questionário objetivando identificar a compreensão dos docentes acerca da inclusão dos alunos no contexto escolar.

*Bloco 2* é composto pelas questões 3, 4 e 5 analisam como o segundo professor e o professor responsável pela turma planejam e organizam as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula.

*Bloco 3* é composto pelas questões 6, 7 e 8 e objetivam verificar como o segundo professor e o professor responsável pela turma avaliam o trabalho desenvolvido, limites e possibilidades dessa atuação.

A análise e discussão dos dados coletados foi embasada por autores que discutem e investigam questões relacionadas aos processos de inclusão na escola. Considerando que as respostas dos pesquisados são amplas e se buscou efetuar e valorizar, na análise dos dados, a essência que compunha cada uma delas, chamamos a atenção em relação ao número de ocorrências que fazem parte de cada quadro de análise, pois em alguns desses quadros, este número não será representativo do número de pesquisados, isto é 23. Há quadros em que o número de ocorrências é superior a esse número visto organizarmos as respostas em diferentes argumentos.

### **4.1 COMPREENSÃO DOS DOCENTES ACERCA DA INCLUSÃO DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR: BLOCO 1**

A questão principal do Bloco 1: Concepções dos segundos professores sobre a inclusão escolar, que compôs o instrumento de coleta de dados, solicitava ao



segundo professor “Descreva seu entendimento a respeito da inclusão”. No Quadro 2 apresentaremos a organização das respostas dos pesquisados considerando argumentos que se aproximam.

Quadro 2: Dados Questão 2: Posicionamentos dos profissionais acerca da inclusão

Argumentos	Sujeitos da pesquisa	Ocorrência – N
Socialização; Convivência com outros alunos “normais” (diferentes dos que convivem nas APAEs).	P1; P3; P7; P11; P12; P14; P15; P18; P20	09
Garantir o acesso do aluno com necessidades especiais à escola regular (Direitos).	P6; P7; P8; P10; P14; P15; P16; P18; P19; P22	08
Respeitar o aluno com necessidades especiais em sua individualidade.	P12; P13; P16; P20	04
Igualdade.	P9; P13; P21	03
Dignidade	P2; P23	02
Socialização (sem especificidades em relação a esse processo).	P5	01
Abrangente.	P7	01
Processo em construção (ainda não totalmente implementado).	P15	01
Adaptação do aluno à escola, considerando as necessidades da sociedade (ver se há preconceito: a criança com deficiência se igual as outras sem deficiência).	P17	01

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora

Dos 23 pesquisados identificou-se que a compreensão de inclusão para a maioria desses sujeitos é de que esta permite socialização”, “convivência com outros alunos”.

Percebe-se que mudanças a respeito da inclusão vêm acontecendo no entendimento de alguns segundos professores, considerando a forma como esta acontecia antigamente, em que alunos eram ocultos do meio social, pois não acontecia a inclusão de forma efetiva, em relação a esse período em que participam como professores em que se percebe, que o processo de inclusão e de aprendizagem está acontecendo e avançando significativamente.

Sobre este aspecto exemplificamos com um posicionamento de um segundo professor investigado, o P1: “Compreendo que a inclusão ocorre mais pela questão da sociabilidade e convivência com um público diferente daquele das escolas (APAE).”

Este segundo professor ressalta que a inclusão está acontecendo e que, de fato, permite a socialização, a convivência com diferentes pessoas, ambientes de aprendizagem e oportunizam o desenvolvimento dos alunos. Os alunos inclusos são inseridos em atividades, apoio individualizado em um período de contra turno, caso

eles estudem no período matutino, ele tem a oportunidade de participar no Atendimento Educacional Especial (AEE), com materiais adaptados e profissionais qualificados, no período vespertino, duas vezes por semana.

Em conformidade, também, com P11, que defende um atendimento globalizado do aluno, quando possível, pois o foco da inclusão é o aluno incluso, atendendo as questões relacionadas ao ensino e aprendizagem num ambiente motivador. Esse pesquisado – P11 - enfatiza que a inclusão deve ocorrer, “[...] Da forma mais normal possível fazendo interação, troca de ideias, atendendo a todos os alunos quando necessário e possível, e o professor atendendo o aluno incluso (P11).”

Há pesquisados que compreendem a inclusão como dignidade. Esse argumento explicitado pelos pesquisados estão relacionados a compreensão de Tessaro (2005, p. 108) quando afirma que, “[...] a pessoa diferente e/ou deficiente merece ser tratada com respeito e dignidade, é humana e, portanto, também tem desejos, sentimentos, potencialidades, limites, direitos e deveres. ”

Um ambiente humanizado permite o integral desenvolvimento de todos envolvidos no processo educacional. Conforme relato do professor P12:

Entendo que a inclusão é importante e muito necessária. Precisamos aprender a conviver com as diferenças. Assim, nada mais justo que inserir estas na sociedade num geral, incluindo a escola de ensino regular. O processo de ensino e aprendizagem precisa ser pensado de maneira que se adapte ao aluno dentro das capacidades dele. A inclusão também é importante para o aluno em si. Pois, é uma forma de ele se sentir mais próximo da realidade comum dos demais, isto, quando nem administrado por todos, é muito benéfico. Mas infelizmente, ainda nos deparamos com muitas dificuldades, afinal, incluir não significa apenas colocar um aluno dentro de uma sala, incluir é, além de respeitar e aceitar, buscar alternativas para que isto seja prazeroso, tenha resultado de ambos os lados, do incluído e de quem se propõe a incluir.

Em concordância com P12, no que diz respeito à elaboração e o desenvolvimento das práticas em sala de aula, é preciso desenvolver um olhar permanentemente voltado às necessidades intelectuais levando em consideração as particularidades de cada indivíduo. Nesse sentido, Mittler (2003, p. 25) reforça essa compreensão

A inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, objetivando assegurar que todos possam ter acesso à gama de oportunidades educacionais e sociais, oferecida pela escola. Isto inclui o currículo corrente e a avaliação, bem como a garantia ao acesso e à

participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola, impedindo a segregação e o isolamento.

A inclusão permite que o aluno tenha oportunidades de estar inserido no meio educacional, como o direito à aprendizagem, com práticas adequadas e adaptadas, de acordo com a necessidade individual do ser, e também com espaço criado para facilitar que o aluno faça parte integral do processo educacional. Para exemplificar esse posicionamento destacamos a resposta do segundo professor P14:

Para mim incluir significa compreender, fazer parte, inserir, pôr, amar, respeitar... A inclusão nos proporciona o privilégio de convivermos com os diferentes ou com as diferenças, pois ninguém é igual a ninguém. O processo de ensino e aprendizagem vai acontecendo de acordo com o nível de desenvolvimento de cada aluno. Cabe ao professor conhecer, os seus alunos, para saber até onde é possível chegar, avançar e desenvolver este aprendizado, porque os mesmos também são capazes, basta estimulá-los de diversas formas.

No entendimento do professor P14, a inclusão acontece a partir do acolhimento do aluno, por parte da comunidade escolar e, principalmente, do segundo professor, que, por sua vez, precisa desenvolver um papel de mediador tanto do conhecimento como do desenvolvimento integral do seu aluno, envolvendo-o em todos os âmbitos do processo escolar. Em Machado (Apud MANTOAN 2011, p. 69), verificamos ênfase a também esse aspecto da inclusão: “[...] A inclusão escolar leva em consideração a pluralidade das culturas, a complexidade das redes de interações humanas. Ela não está limitada à inserção de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino.”

Vale ressaltar que Constituição Federal (BRASIL, 1988), afirma que “[...] todos têm direitos e deveres iguais”, sendo que a Constituição contempla as questões de respeito e dignidade, facilitando a convivência em sociedade. A este respeito, podemos perceber a importância da inclusão, a partir do posicionamento do professor P18: “Eu vejo como, em alguns casos, foi gratificante para alguns alunos, pois só com a socialização já é importante.”

Cada indivíduo é um ser único, semelhante, porém, diferente. Nesse sentido, todo o ato de incluir também será distinto e deverá demandar processos reflexivos constantes nos envolvidos: “[...] a inclusão pode trazer o desafio da inquietação pelo (des)conhecimento, da busca por respostas para as singularidades dos processos

de ensino e aprendizagem e da valorização do trabalho em equipe (ORRÚ, 2014, p. 19).

As respostas dos pesquisados revelam a preocupação a respeito da inclusão, e é preciso serem repensadas as questões voltadas ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos visando sua adaptação ao contexto escolar. A instituição necessita construir, em seu coletivo, um ambiente de inclusão, com o devido respeito a esse processo e proporcionar as condições necessárias, seja de socialização, e de adaptação das estruturas físicas, de materiais, curriculares, entre outros aspectos para que esses educandos sejam realmente inclusos.

Os dados da pesquisa demonstram que a maioria dos pesquisados defendeu a garantia ao acesso do aluno com necessidades especiais à escola regular como direito. O aluno é um cidadão de direitos e a ele deve se garantir o acesso à educação, respeitando sua individualidade. Considerando esse aspecto, o segundo professor possui papel importante e necessita de condições de planejamento do processo de ensino e de aprendizagem do aluno incluso com o professor regente, ambiente adequado para realizar o preparo dos materiais e atividades a serem desenvolvidas com o aluno. Reafirmando essa compreensão identificamos em Paula (2004, p. 64) “O respeito e a valorização da diversidade dos alunos exigem que a escola defina sua responsabilidade no estabelecimento de relações que possibilitem a criação de espaços inclusivos, bem como procure superar a produção, pela própria escola, de necessidades especiais”.

Todos os pesquisados possuem entendimentos diferenciados a respeito da inclusão. E, nesse sentido, permanece o desafio do respeito aos alunos inclusos e a observância para que questões de preconceito, desconhecimento da realidade e das necessidades dos alunos desrespeitem suas capacidades.

Há que se considerar que alguns dos pesquisados acreditam no respeitar o aluno com necessidades especiais em sua individualidade. Verificamos que alguns entrevistados ressaltam a importância do trabalho do segundo professor visando o desenvolvimento integral do aluno. Para Mantoan (2001, p. 62) “[...] Para se apropriar do saber acadêmico, cada aluno traça, individualmente, um caminho que é mediado pelo professor e/ou pelos colegas”.

Pensar na inclusão como um caminho de acesso para igualdade, de acordo com alguns pesquisados, remete o entendimento a respeito da inclusão como

fundamental, pois o segundo professor é quem acompanha o cotidiano dos alunos e passa a compreender, nas entrelinhas, suas peculiaridades e especificidades.

Identificamos, dentre as respostas dos pesquisados, ao menos um deles, que destacou preocupação atual em termos de processos de ensino e aprendizagem e a importância das adaptações curriculares e sociais.

A compreensão de inclusão, os processos de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos demandam constante reflexão e ação dos profissionais envolvidos. Todos os seres humanos têm suas limitações, são “inconclusos” como enfatizaria Paulo Freire (2005), assim, faz-se necessário que os profissionais busquem a sua constante qualificação e capacitação. E, também, considerando o posicionamento de Strieder; Mendes; Zimmermann (2013, p.80)

O objetivo da inclusão, na voz do segundo professor, implica pensar, viver e conviver no desafio de construir uma melhor compreensão desta complexa realidade em que nos encontramos. O desafio é amplo e profundo, porém, guarda em si o propósito de, no decorrer de seu desvelamento, possibilitar uma visão mais clara sobre, não somente o extraordinário potencial dos seres humanos, mas, também, da natureza e da vida

Infelizmente, nem todos os profissionais que atuam como segundo professor possuem formação para exercer essa função. Muitos profissionais habilitados em áreas diversas, por falta de oportunidade em sua área de atuação, assumem funções de segundo professor. A ausência de preparo e compreensão desse papel não contribui para que a inclusão aconteça. A instituição de ensino, por sua vez, precisa estar embasada na legislação que legitima a inclusão, afim de orientar esse eventual profissional. Nesse sentido, Budel; Meier (2012, p.58) enfatizam:

A inclusão, por força de lei, é uma realidade brasileira, mas a forma como vem sendo tratada em algumas escolas nem sempre considerada as necessidades e os desejos das pessoas com deficiência. A aprendizagem não ocorre da mesma forma, nem no mesmo tempo para todos os alunos e, por isso, posturas, metodologias, estratégias e recursos devem ser adaptados e revisitados para que a escola cumpra a sua função de fazer com que todos aprendam.

Evidenciamos no relato do professor P23 outro aspecto que colabora para a compreensão da inclusão no contexto escolar e da importância do preparo dos profissionais para atuarem com esses alunos. Segundo esse profissional a “Inclusão, acredito ser, a busca da qualidade de vida das pessoas com ou sem deficiência. Há alguns anos os jovens e crianças com deficiência eram deixados de

lado. Hoje já podemos dizer que existe inclusão, porém para a aprendizagem ainda faltam condições e pessoas preparadas.”

Além da instituição estar embasada nas leis, ela precisa ter contemplado em seu documento maior, o Projeto Político Pedagógico (PPP), a educação inclusiva e os processos de ensino e aprendizagem, metodologias apropriadas e adaptações pertinentes a esse contexto.

A respeito desse aspecto o pesquisado P5 descreve o seu entendimento sobre a inclusão e os processos de ensino e aprendizagem:

Inclusão é socialização, participação de ações totalizadoras da escola e da sociedade. A aprendizagem voltada a conteúdos, práticas e conhecimento que seja de valia para o dia-a-dia (de nada adianta ensinar gramática, por exemplo, se o entendimento sobre a escrita do aluno é limitado).

A escola possui em seu papel de formação do cidadão a função de efetivar a autonomia do aluno em seu desenvolvimento pleno. Segundo o profissional P15:

A inclusão de alunos que apresentam, necessidades educacionais especiais vem viabilizando a sociedade e toda comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular. Esse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo “Paradigma”, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço, até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola. Um requisito na educação especial na educação inclusiva é propiciar e aceitar a exposição da nossa e a de outras culturas, para que possa se reconhecer perante aquela que ele pertence, fazendo com que crie sua própria identidade cultural e pessoal, tendo orgulho de pertencer a tal cultura e assim evitando discriminações que possam surgir, possibilitando o seu desenvolvimento. A escola e a família são contextos do desenvolvimento dos indivíduos com papéis complementares no processo educativo. Então, para mim a inclusão, é o processo social pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparem para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão é um assunto de extrema importância, que representa o modelo atual, ainda discutido e em implantação no Brasil, que se atingir aos objetivos propostos, poderá com espaço do tempo, modificar muito a vida da sociedade de modo geral e especialmente para as pessoas com necessidades especiais.

A inclusão não acontece de forma isolada, apenas inserindo o aluno no contexto escolar, ela se formaliza quando a instituição, de maneira geral se prepara para assumir uma postura responsável em que os segundos professores envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem estejam de fato capacitados para

desenvolver práticas inclusivas em os sentidos, no que se refere a aprendizagem bem como desenvolvimento integral do aluno.

#### 4.2 O SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA TURMA: PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO DA SALA DE AULA: BLOCO 2

Apresentaremos, na sequência, dados coletados e analisados referentes as questões 3, 4 e 5 que fazem parte do Bloco 2. Essas questões objetivaram conhecer a perspectiva do segundo professor a respeito dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos com os alunos inclusos, no planejamento em conjunto com o professor regente.

##### 4.2.1.SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR REGENTE NO PLANEJAMENTO, INTERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA SALA DE AULA

A questão 3 do questionário aplicado aos segundos professores solicitava que definissem o papel que assumem, juntamente com o professor responsável pela turma, nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos. No Quadro 3, na sequência, os argumentos que constituíram as respostas dos pesquisados:

Quadro 3 – Questão 3: Papel do segundo professor e do professor responsável pela turma nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos

Argumentos	Ocorrências	N.
Adaptação de conteúdos para atender as necessidades.	P5; P7; P8; P12; P13; P15; P16; P22	08
Auxiliam aos alunos nas dificuldades.	P2; P4; P9; P14; P18; P21	06
Planejamento em conjunto.	P17; P19; P20; P23	04
Explorar as habilidades.	P10	01
A responsabilidades é somente do segundo professor.	P6	01
Diálogos e trocas de experiências.	P3	01
Participam das atividades.	P11	01

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

Em relação ao posicionamento dos pesquisados em relação a essa questão evidenciamos a ênfase de que devem observar as exigências de adaptações de

conteúdos para melhor atender às necessidades dos alunos inclusos. Nesse sentido, Mantoan (2003, p. 33-34) enfatizaque:

[...] as escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para atender as diferenças nas escolas: as adaptações de currículos, a facilitação das atividades e os programas para reforçar aprendizagens, ou mesmo para acelerá-las, em casos de defasagem idade/série escolar. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com toda a urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam, sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter uma situação que não conseguimos resolver inteiramente: mudar o mundo e torná-lo mais humano. Recriar esse modelo tem a ver com o que entendemos como qualidade de ensino.

Cabe reiterar, novamente, que a formação continuada, a compreensão que o professor possui sobre o aluno incluso, os processos de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos e de que como estes devem ser organizados é o que fará com que a inclusão aconteça de forma efetiva e real no ambiente escolar. Segundo relato do pesquisado P15:

Trabalho com 2 alunos “especiais”. Um apresenta Síndrome de Down e o outro mental leve. De acordo com os conteúdos apresentados para os demais, tento adaptá-los no nível de cada um. Então ouvimos o professor, toda a explicação. E na hora de desenvolver as atividades as mesmas são diferenciadas (de acordo com o nível de cada um). O aluno com Síndrome de Down possui 16 anos e está sendo alfabetizado.

A formação do professor, inicial e continuada, a discussão a respeito das práticas pedagógicas a serem desenvolvidas em sala de aula deve ser algo constante e constitui uma das formas de garantir aprendizagens escolares, atrelada aos direitos de todos os alunos inclusos.

Procuro sempre, dentro das necessidades do aluno adaptar todas as atividades propostas pela professora regente da turma. Trabalhamos sempre juntos, observando todos os avanços que o aluno apresentou e o que podemos fazer para que ele tenha grandes progressos. (P16)

O planejamento das atividades de sala de aula pelo segundo professor, juntamente com o professor regente são essenciais para o atendimento das necessidades e especificidades da turma. Para Mantoan (2003, p. 16),



o objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em razão dessas necessidades.

A atuação docente permite um olhar amplo, para o todo, promove a valorização das diferenças, explorando conhecimento de forma flexível, afim de que todos os alunos sejam incluídos no âmbito escolar e social, uma vez que o segundo professor é também professor de sala de aula. Nesse sentido, P14 afirma que o papel do segundo professor e do professor responsável pela turma é de

Corrigir a classe com o professor titular, contribuindo, em função de seu conhecimento específico; auxiliar com procedimentos diferenciados para qualificar a prática pedagógica; acompanhar o processo de todos os educandos; realizar atividades adaptadas aos conteúdos; prestar atendimento a todos os alunos que possuem dificuldades.

Evidenciamos nas respostas de alguns pesquisados que eles se posicionam a respeito da questão proposta se remetendo a função do segundo professor e do professor responsável pela turma no auxílio aos alunos nas dificuldades.

Considerando esse aspecto, ressaltamos a importância do planejamento pedagógico quando organizado visando as necessidades do educando. Conforme P19 “Tentamos fazer o nosso planejamento sempre com a mesma sequência de conteúdo, sendo que além do mesmo faço um separado direcionado a alfabetização.”

A inclusão requer cooperação entre segundo professor e professor regente, os objetivos entre eles precisam estar embasados nas relações em que envolve os alunos incluso de forma que possibilite a inserção, nos aspectos sociais e nos processos de ensino e aprendizagem. O planejamento deve acontecer de maneira que o maior beneficiado seja o aluno incluso, no desenvolvimento de suas habilidades, considerando, também, a oportunidade de interação com os demais alunos da turma.

Na sequência, no Quadro 4, alguns posicionamentos dos pesquisados em relação a questão 4 que se refere a se o segundo professor e o professor regente efetuam planejamento e organização das aulas juntos.

Argumentos	Ocorrências	Nº
Sim, dentro das possibilidades	P3; P9; P10; P13; P14; P15; P16; P17 P19; P 20; P21	11
Falta de tempo e não tem horas atividades	P1; P2; P4; P5; P6; P7; P8; P11; P12; P18; P22.	11
Em algumas situações	P23	01

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

Referente ao planejamento e organização das aulas observamos que metade dos segundo professores realizam, dentro das possibilidades o planejamento e organização das atividades a serem desenvolvidas em sala de aula; e que em proporção similar há os professores, que por falta de horas atividade destinadas para esse fim não efetuam esse trabalho.

Os pesquisados responderam que a questão tempo (horas atividades) destinado ao planejamento e organização do cotidiano da sala de aula interfere na efetivação do trabalho pedagógico de melhor qualidade. Justificam que não possuem horas atividades para interação com os professores das áreas, o que prejudica o desenvolvimento das aulas. O pesquisado P10 compreende que: “Sim. Essa parceria, entendo que é de fundamental importância para o desenvolvimento das aulas, uma vez que as atividades devem ser programas de acordo com o desenvolvimento cognitivo do aluno.”

Entretanto, há episódios na escola em que o trabalho em parceria do segundo professor e professor não acontece em virtude de diferentes motivos. Mesmo assim, em resposta de P15 verificamos o compromisso do segundo professor na adaptação dos processos de ensino visando que o aluno incluso e aprenda. P15 afirma: “Não sentamos juntas, mas os professores responsáveis me passam os conteúdos e então eu os adapto. Somente um professor traz as atividades já adaptadas para os alunos.”

O ato de planejar demanda tempo, organização, leituras e releituras, este modelo de pensar é idealizado pelos segundos professores e quando isto não acontece criam-se outras alternativas, como ressalta P8: “Não planejamos juntas, pois consta que tenho que acompanhar nas aulas de Educação Física e artes, não existe tempo para planejar juntas, muitas vezes trocamos ideias no período do horário escolar.”

Nas respostas dos segundos professores evidenciamos, também, que existe resistência por parte dos professores regentes acerca da inclusão, o que é mais visível, quando ela ocorre no ensino médio. Segundo P4:

Nem sempre, como trabalho com turmas de ensino médio, onde cada professor ministra sua disciplina, muitas vezes não há interação no trabalho, pois ainda existem professores que não aceitam esse aluno portador de necessidades especiais, professores que muitas vezes se sentem ofendidos com opiniões do segundo professor. Nos últimos tempos, devido as diversas capacitações feitas ao longo do ano letivo essa realidade está mudando.

A concretização do projeto inclusão ainda é um grande desafio no cotidiano escolar, as parcerias entre os profissionais da escola, a prática pedagógica, o planejamento em conjunto, as adaptações necessárias, o compromisso com esse projeto demanda da sequência de registros, pesquisas e da formação continuada de todos os envolvidos.

O segundo professor precisa desenvolver estratégias, para melhorar as questões ligadas à inclusão, e estar ciente que tem muita responsabilidade, no planejamento e no desenvolvimento das atividades, ele é condutor dos processos de ensino e aprendizagem, e necessita colaborar com o professor regente na organização das formas mais apropriadas para que o processo de ensino alcance todos os seus objetivos.

Para a elaboração e a execução do planejamento é necessário elencar objetivos claros acerca de quais elementos o segundo professor e o professor regente levam em consideração no planejamento das atividades para os alunos inclusos que frequentam a sala de aula. No Quadro 5 alguns argumentos explicitados pelos pesquisados em relação a essa questão:

Quadro 5 – Questão 5: Elaboração e execução do planejamento

Argumentos	Ocorrência	Nº
Adaptações no plano de aula para melhor atendê-los	P9; P10, P12, P13; P14; P16, P23	07
A resposta não contemplou a questão.	P1; P2; P5; P6, P11; P22	06
A interação ocorre por meio das redes sociais	P17	01
O planejamento ocorre quando o aluno falta na escola	P19	01
O dialogo das aulas são entre elas.	P20	01
Devido a ser Ensino Médio, não tem horas atividades para planejar as atividades	P21	01

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

A partir das respostas dos pesquisados, observamos que na maioria das vezes são realizadas adaptações no plano de aula para atender aos educandos de acordo com as suas especificidades. Essa ênfase é verificada no posicionamento de P10,

O planejamento ocorre semanalmente e todos os conteúdos da turma são trabalhados com o aluno especial, contudo, as atividades são diferenciadas das demais, os níveis de complexidade e a quantidade são diferenciados, todas elas são adaptadas para o entendimento do aluno sem deixar de lado o lúdico, o manipulável e o concreto.

O planejamento precisa contemplar atividades, conteúdos e metodologias que atendam às necessidades dos alunos, as adaptações se fazem necessárias pelo fato que cada indivíduo possui peculiaridades e o nível de desenvolvimento precisa ser explorado para que ocorra aprendizagem. Segundo P 13:

Esse processo ocorre levando em conta as limitações dos educandos, suas habilidades, seus avanços, suas dificuldades. O processo ocorre no dia-a-dia, durante as aulas, durante o intervalo, em minhas horas atividades as quais faço durante as aulas de artes e educação física, nas quais os alunos demonstram independência, em acordo com direção, coordenação pedagógica e professores titulares. Sempre que possível acompanho estas aulas, converso com os professores para saber o desenvolvimento dos alunos e dificuldades, fazendo adaptações e sugerindo ideias.

O conhecimento demanda de busca incessante e está em constante construção. Esse aspecto precisa ser compreendido por todos os profissionais envolvidos com a inclusão considerando o planejamento e organização da sala de aula inclusiva. Nesse sentido Mantoan (2011, p.74)

[...] o professor deve, então, abandonar as práticas de ensino transmissivas, a ênfase no domínio pleno dos conteúdos programáticos, o livro didático como único recurso para trabalhar o conhecimento e todas as outras práticas embrutecedoras.

Cabe a necessidade de consciência de que não se pode tratar todos os alunos da mesma forma em sala de aula, cada um tem um conhecimento diferenciado. O professor tem que valorizar as habilidades, proporcionar desafios e fazer com que os alunos sintam a necessidade de ter objetivos para suas vidas. Segundo P14:

Os planejamentos dos professores são baseados nos livros didáticos, fornecidos pelo governo. Tenho acesso aos mesmos e dependendo das necessidades alguns conteúdos são adaptados. (Obs: temos 4 alunos com diagnóstico diferentes na sala de aula).

Para que a aprendizagem ocorra de forma plena e efetiva é imprescindível que se utilizem ferramentas e práticas de ensino diversificadas, a fim de atingir, de forma ampla os processos de ensino e aprendizagem, portanto faz-se necessário desenvolver uma mente aberta para as tendências tecnológicas, pois quando não há disponibilidade de tempo para realizar o planejamento na escola entre os pares, os meios de comunicação sociais precisam ser utilizados afim de preencher essa lacuna em benefício de todos. Essa manifestação faz parte da resposta de P17: “Trocamos ideias juntas. Buscamos os conteúdos do currículo, como nós não temos momento para planejar na escola a comunicação ocorre por redes sociais, e-mail, face. Buscamos trocar as ideias semanalmente. ”

Cabe enfatizar, ainda, que muitas famílias não entendem o processo de inclusão, portanto numa escola inclusiva o planejamento poderia acontecer com a participação dos familiares mais próximos da realidade do aluno incluso, de forma complementar, afim de buscar entendimento acerca do que acontece no âmbito escolar e poderem apoiar seus filhos, incentivá-los, no ambiente doméstico, no desenvolvimento de atividades extraclasse, que busquem estratégias para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e socialização.

Quando a família é convidada a participar e se inteirar do projeto de inclusão da escola, no desenvolvimento do planejamento, o fazer pedagógico se torna uma ação de empatia entre as partes ocorrendo um diálogo franco e aberto a respeito das especificidades do aluno incluso. Essa interação favorecerá o desenvolvimento e aprendizagem do aluno.

É possível transformar a escola regular em prol da inclusão garantindo direitos como acessibilidade, práticas de ensino diferenciadas e organizadas considerando cada aluno e suas deficiências, compromisso profissional sem deixar de considerar a discussão a respeito das políticas públicas de inclusão existentes e as que demandam de implementação.

Nas respostas da maioria dos pesquisados evidenciamos que não há um efetivo trabalho de parceria na elaboração das ações de planejamento e organização das atividades em sala de aula e do porquê de sua ocorrência, portanto é urgente que sejam desencadeadas reflexões sobre o papel do segundo professor em sala, sua atuação com o aluno incluso, na formação desses profissionais visando discernimento e competência no desempenho da sua função.

#### 4.3. O SEGUNDO PROFESSOR E O PROFESSOR RESPONSÁVEL PELA TURMA AVALIAM O TRABALHO DESENVOLVIDO, LIMITES E POSSIBILIDADES DESSA ATUAÇÃO: BLOCO 3

No Quadro 6 apresentaremos dados que fazem parte da resposta da questão 6.

Quadro 6 – Questão 6: Avaliação da interação do segundo professor com o professor(a) regente

Argumentos	Sujeitos da pesquisa	N.
Positiva e com contribuições e flexibilidade	P2; P7; P8; P9; P10; P11; P13; P20	08
Há troca de conhecimentos	P12; P17; P21; P22	04
Falta tempo e horas atividades	P1; P14	02
Falta compreensão dos profissionais	P4; P23	02
Alguns demonstram interesse em adaptar as atividades.	P15; P16;	02
Diálogos rápidos	P5	01
A resposta não contemplou a questão.	P3; P6; P18; P19	04

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

A maioria dos pesquisados, oito (08) deles, avaliaram positivamente, sua interação com o professor regente e explicitaram que este contribui com o processo de ensinar e que este seja de muita produtividade e sucesso.

Para exemplificar essa compreensão destacamos a resposta de P2 que ressalta que “a interação entre os profissionais ocorre de maneira positiva, pois sempre há algum tipo de contribuição.”

Quando há diálogo entre o segundo professor e o professor regente os processos de ensinar e de aprender do aluno incluso se efetivam, a própria família observa os progressos do aprendiz e sua motivação em ir para a escola. No que se refere ao aspecto interação entre os profissionais Mittler (2003, p. 183) ressalta:

[...] a inclusão não é apenas uma meta que pode ser alcançada, mas uma jornada com um propósito. Durante o curso dessa jornada, os professores construirão e ampliarão suas habilidades sobre as experiências que já possuem, com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades de aprendizagem. Porém, eles também têm o direito de esperar apoio e oportunidades para seu desenvolvimento profissional nesse caminho, da mesma maneira que os pais e as mães têm o direito para esperar que suas crianças sejam ensinadas por professores cuja capacitação os preparou para ensinar a todas elas.

O olhar do segundo professor no processo de inclusão implica no que P7 salienta: “Eu trabalho junto com a minha professora regente da turma, atuo no processo de ensino e aprendizagem, e auxilio a turma que tem mais dificuldades na turma em geral. Além do meu aluno com TDAH.” Todos os alunos, com direitos iguais, mas com necessidades diferenciadas precisam ser atendidos por meio de práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral de cada um deles. Cada aluno é único. Todos precisam ser respeitados nas suas individualidades, sem que essa ação gere desconforto causado por sentimentos preconceituosos.

Há necessidade de promover a interação entre os profissionais envolvidos no processo de inclusão, como justifica P8 “Muito boa, interagimos todos os dias.” Não existe um receituário pronto e acabado para promoção da inclusão, o segundo professor juntamente com o professor regente, precisam desenvolver técnicas, buscar meios para concretização de um conjunto de ideias, práticas, metodologias, afim de fortalecer o seu fazer pedagógico e que este implique no aprender do aluno.

Essa compreensão, também, é observada no posicionamento de P10 “A nossa parceria é a melhor possível, planejamos sempre juntas e procuramos também executar as atividades juntas, sempre com apontamentos e ideias que possam servir para a melhora do trabalho.” “[...] quando se refere a elaboração e execução do planejamento” (P10).

Em concordância com essa compreensão Mantoan (2006, p. 47), apresenta uma orientação em relação a construção de uma escola para todos:

[...] certamente, não existe uma regra geral para se construir esta escola que queremos – uma escola para todos. Mas, é possível nos aproximar cada vez mais dela, se encararmos a transformação da escola que hoje temos da forma mais realista possível, abolindo o que nos faz pensá-la e organizá-la a partir de modelos idealizados, como feito até então.

Um planejamento flexível faz-se necessário entre o segundo professor e o professor regente, pois à medida em que o aluno demonstra evolução, retrocesso ou estagnação, evidencia-se a necessidade de replanejar, afim de reorganizar o processo de ensinar. Segundo o pesquisado P13 “Temos uma boa interação, trabalhamos em conjunto sempre com flexibilidade.”

Para Mantoan (2006, p. 76),

trabalhar com as diferenças em sala de aula sempre representou um desafio ao professor. Qualquer aluno que se desvie um pouco do tipo de aluno idealizado pela escola e que coloque em jogo a falsa homogeneidade da aula, geralmente, é tido como um problema. Com a inclusão escolar,

essa dificuldade é trazida à tona e, embora, muitas vezes tenha-se a impressão de que ocorre apenas quando existem alunos com deficiência em sala de aula, ela está muito mais presente do que possa parecer. A superação dessa dificuldade trará benefícios a todos os envolvidos no processo educacional e exige repensar o papel do professor e rever sua formação profissional.

Ignorar a presença da diversidade em sala de aula é o mesmo que ignorar o próprio fazer pedagógico, uma vez que este quando flexível, vislumbra um trabalho objetivado, inclusive nas diferenças.

Alguns pesquisados explicitaram que falta compreensão por parte de alguns dos profissionais envolvidos com a inclusão em sala de aula da importância da interação entre os profissionais. Como alguns atuam nos anos finais e ensino médio afirmam que são necessárias horas atividades para favorecer o planejamento das atividades a serem desenvolvidas. A “falta de tempo” destinado para esse propósito compromete o aprender do aluno.

A instituição de ensino, todos os profissionais, precisam realizar um trabalho coerente e com responsabilidade, em uníssono, no desenvolvimento de pensamentos voltados ao planejamento de ações em âmbito institucional. Para exemplificar essa manifestação do pesquisado selecionamos a resposta de P12 “Tenho interação muito boa com os demais professores. Sempre que necessário trocamos muitas informações, não tenho problemas com nenhum. Porém, não é em toda escola que isto acontece.”

A receptividade do professor regente reflete diretamente na atuação do segundo professor que tende a desenvolver um trabalho mais assertivo quando recebe apoio e reciprocidade no desenvolvimento, no planejamento das atividades. Entretanto, houve o destaque em algumas respostas de alguns professores de que nem sempre é verificado esse comprometimento por parte de todos os professores regentes. P15 afirma: “Alguns professores são comprometidos, realmente demonstram interesse em serem os mediadores do conhecimento, entretanto existem outros que deixam a cargo do segundo professor, procurar atividades e adaptá-las.”

Nas respostas de quatro professores pesquisados não se identificou aspectos que contemplassem a questão a respeito da avaliação da interação segundo professor com o professor regente.

Para o segundo professor um dos maiores desafios na sua atuação é a expectativa em relação a sua contribuição no desenvolvimento do aluno com



necessidades especiais, pois o diagnóstico é um indicador do problema que demanda do planejamento, organização e intervenção dos profissionais para sua mudança.

No Quadro 7, na sequência, apresentaremos os dados que foram analisados e que compuseram as respostas dos segundos professores em relação a questão sobre os limites e possibilidades de sua atuação em sala de aula, particularmente no atendimento de alunos inclusos.

Quadro 7 – Questão 8: Limites e possibilidades na atuação do segundo professor

Argumentos	Sujeitos da pesquisa	Nº
Grande desafio atender as expectativas propostas	P3; P13; P14; P20; P21	05
Limites na lei	P8; P9	02
Capacitação na área	P12; P16	02
Promover integração para evitar exclusão	P17; P22	02
Conhecer o desenvolvimento do aluno	P10; P23	02
Realizar atividade prática com o aluno fora da classe	P5	01
Falta conhecimento na atuação	P1	01
Limite na condição do professor de não realizar de acordo seu papel com o aluno	P2	01
A respostas não contemplou a questão.	P4; P6; P7; P11; P15; P18; P19	07

Fonte: Dados de pesquisa organizados pela pesquisadora.

Considerando as respostas dos segundos professores evidenciamos que cinco (05) compreendem que há limites e possibilidades em relação a sua atuação. Assinalam como um grande desafio atender as expectativas propostas pela sociedade, escola, aluno incluso, família. (Juliana: verificar se há uma resposta para exemplificar esse posicionamento. Se sim, complementar a ideia do primeiro argumento.)

Somente dois (02) pesquisados discorreram a respeito de limites de sua atuação em relação ao não cumprimento da lei que legitima a inclusão, da necessidade de capacitação profissional do segundo professor, integração entre as partes envolvidas no processo de ensino e de aprendizado, discernimento do segundo professor acerca das especificidades do aluno e elaboração e desenvolvimento de práticas de ensino.

Os pesquisados ressaltaram que é desafiador para o segundo professor integrar um aluno, um indivíduo que além das necessidades especiais é desconhecido, isso provoca desconforto, inquietação, porém as possibilidades de

realizar práticas diferenciadas e inseri-los no processo educativo são inúmeras. De acordo com P3 o ato de incluir é desafiador:

A atuação dos profissionais se torna um constante desafio, como trabalho com Down, cada aluno procuro adequar o conteúdo dado pelo professor da disciplina com: algumas palavras/ frases/ figuras/ exemplos etc, para que de uma forma prazerosa ele participe e compartilhe/ entenda o conteúdo no seu contexto. Às vezes fica difícil atender as expectativas das atividades propostas; temos de adequá-las e mostrar que a escola se preocupa com seu aprendizado e socialização. Gostam muito de trabalhos em grupo. Sou feliz por ter os colegas de turma dos dois anos Down que “atendo” que os aceitam e gostam de ajudá-los quando necessário.

O respeito, as atitudes e os valores de todo o coletivo escolar em relação aos alunos “normais ou inclusos” são fundamentais para a convivência, seja ela no âmbito escolar, seja no social, para que haja a compreensão do desenvolvimento dos educandos e, principalmente, para que incida sobre a aprendizagem e os interesses da criança/aluno.

A inclusão é uma ampla área de estudos que pode favorecer o conhecimento e desenvolvimento do educando, a fim de facilitar a convivência e a interação no meio educacional. Nesse sentido, para P13:

O processo de ensino e aprendizagem dos alunos no contexto escolar dá-se através do diagnóstico de suas necessidades especiais, definindo e implantando respostas educativas a essas necessidades, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas que promovam o avanço no processo de aprendizagem desses educandos.

A aprendizagem é possível de acontecer em todos os momentos e espaços escolares e fora deles, pois o ser humano é capaz de aprender a aprender. É preciso desenvolver a capacidade de cada aluno, desde que ele seja estimulado.

Os segundos professores afirmaram que verificam como um limite a ausência de conhecimentos sobre o desenvolvimento do aluno. Mantoan (2001, p. 65) ressalta que “[...] perceber as diferenças implica não apenas incluir nos currículos aquilo que é típico na formação e no desenvolvimento dos alunos, mas fazer da identidade cultural e social a base do currículo escolar.”

Algumas outras respostas dos pesquisados explicitam como desafios e também possibilidades a organização de currículos que favoreçam processos educativos que respeitam a igualdade entre as pessoas, como respeito às especificidades de cada um dos seres humanos e cidadãos do mundo.

Não basta desenvolver um plano de aula repleto de boas práticas e metodologias se o fazer pedagógico em sala de aula não condiz com o objetivo principal que é o de incluir, o que significa de acordo com P21 manter um ambiente atraente e adaptado para atender as expectativas dos alunos inclusos.

No meu caso as possibilidades de atuação dependem exclusivamente do professor em buscar a interação com os demais professores e na busca de materiais diversos para facilitar e dinamizar a produção do conhecimento, buscando oferecer aulas atrativas e que se adapte a cada situação pois o nosso limite vai até onde vai as possibilidades do aluno(P21).

Novamente, como em outras respostas a questões do instrumento de coleta de dados que o segundo professor verifica que o exercício de seu trabalho e o alcance de objetivos educativos demandam de processos de formação continuada.

Segundo P 12:

Nossa limitação como segundo professor está no fato de, muitas vezes, não termos suportes para melhorar nosso trabalho, como cursos oferecidos na área por exemplo. O descaso por parte de alguns professores também é ruim. Por outro lado, temos a possibilidade de conhecer realidades, muitas vezes gratificantes, se gostarmos desta profissão, é claro.

Cabe destacar outra possibilidade da atuação do segundo professor em sala de aula que é o trabalho de cooperação entre os alunos, inclusos ou não. Faz-se necessário a organização de espaços para contemplar as ideias e conhecimentos de todos eles, para se conhecer as habilidades de cada um, pois muitas habilidades estão escondidas por falta da organização de atividades com a finalidade de se exporem, se manifestarem por meio de diferentes formas de linguagem. Nesse sentido, o papel do segundo professor é de fundamental importância, pois o mesmo é o articulador e mediador dos conhecimentos. Segundo P16:

Acredito que é de muita importância ter o segundo professor, desde que o mesmo tenha conhecimentos na área de pedagogia, que goste e se identifique com esses alunos. Tendo o segundo professor o aluno será conduzido em todas as atividades, com o propósito de incluir ele na sociedade.

Também o segundo professor P17 se manifestou a esse respeito:

É possível atender a criança dentro de algumas limitações, pois mesmo que queremos incluir ainda precisa ocorrer algumas mudanças. A criança com necessidade especial precisa se sentir incluída ao meio, mas sabemos que ela é diferente e seus colegas podem não entender as suas diferenças.

E, ainda, identificamos na resposta de P22 outros aspectos importantes a respeito dessa questão envolvendo a cooperação e parceria entre todos os alunos

que se encontram em sala de aula como alternativa de aprendizados de diferentes naturezas: “[...] Buscar estratégias e meios facilitadores para a aprendizagem do aluno. Realizar juntamente com o professor responsável, atividades que promovam a integração da turma, possibilitando que o grupo experiencie e compreenda a diversidade evitando assim a exclusão”.

A compreensão sobre a importância dessa parceria e, também aprendizado e experiência entre os alunos que interagem em sala de aula e em outros espaços da escola é reiterada por Pacheco (2007, p.15)

As escolas inclusivas consideram a aprendizagem como um processo social em que a interação social tem um papel central para facilitar a aprendizagem. O programa de trabalho da escola inclusiva é fornecer condições para os alunos adquirirem as habilidades necessárias à colaboração bem-sucedida e a seu maior desenvolvimento. Por meio da cooperação, os alunos gradualmente desenvolvem várias habilidades e percebem os outros, passando a aceitá-los.

O segundo professor, apesar das limitações, dúvidas, divergências que possa encontrar, em parceria com o professor regente e outros profissionais que atuam na escola pode contribuir de maneira significativa para que o projeto de inclusão aconteça na escola e de que esta não assuma somente o compromisso de socialização dos alunos. Conforme Arantes (Apud MANTOAN 2006, p. 60)

Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é para os alunos com necessidades especiais, e é um mero espaço de socialização. O primeiro equívoco que pode estar associado a essa ideia é o de que alguns vão à escola para aprender e outros unicamente para se socializar. Escola é espaço de aprendizagem para todos!

O fazer pedagógico tem por responsabilidade promover a evolução do indivíduo através do incentivo ao desenvolvimento interpessoal. É o segundo professor em parceria com o professor regente que contribuem para a ação inclusiva em sala de aula, por meio do desenvolvimento de um planejamento coletivo, currículo flexível e avaliação contínua do processo evolutivo do aluno e de suas práticas de ensino. Evidenciamos na resposta de P10 esses aspectos:

As possibilidades são inúmeras, desde que haja interesse, por parte do professor e da escola, parcerias e apoio. Quanto aos limites vai depender do aluno, pois o professor deve entender ou procurar saber sempre mais, como é a capacidade dos seus alunos, e levar sempre em consideração os seus limites (P10).

A inclusão constitui um grande desafio que demanda processos contínuos de reflexão a respeito do aluno incluso e de suas possibilidades de desenvolvimento. Nesse sentido, Mantoan (2011, p.62) enfatiza:

É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajuda-los a vencer os obstáculos escolares. O sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e limitações são reconhecidas, mas não conduzem/restringem o processo de ensino, como comumente acontece.

A aprendizagem não é estática, pode ser desenvolvida nos mais variados ambientes e situações sob orientação “dos professores” que organizam de forma adequada espaços físicos, mentais, afetivos, sociais, entre outros, que favoreçam a todos os alunos que frequentam a escola.

#### 4.3.1 ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL ADEQUADO PARA OPORTUNIZAR OS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O fazer pedagógico muito se constrói através do planejamento dos profissionais, num diálogo embasado nos pressupostos teóricos, no desenvolvimento de um currículo flexível e adaptável, nas práticas de ensino, tendo um olhar diferenciado às especificidades de todos os alunos; porém não menos importante, em ambiente com estrutura institucional apropriado para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Na sequência, apresentamos o quadro com a organização dos dados da questão 7.

Quadro 8 – Questão 7: Aprendizagem e estrutura institucional

Argumentos	Ocorrências	Nº
Não contempla adequações para aprendizagem.	P1; P2; P13; P17; P22	05
Sim, pois há necessidade de mais suportes.	P9; P11; P14; P20	04
Sim, mas falta equipe multifuncional.	P21; P23	02
Não, mas busca realizar adequar o ambiente.	P4;	01
Existem materiais, porém quando falta ou não tem, o professor traz.	P16;	01
Sim, os educandos não precisam adaptações.	P18;	01
Sim, quando falta a gestão busca auxiliar.	P19;	01

As respostas não contemplaram a questão.	P5; P6; P7; P8; P10; P15;	06
--	---------------------------	----

Fonte: o autor

A estrutura do espaço que acolhe alunos inclusos precisa ser diferenciada, que atenda às necessidades especiais. Seis (06) dos pesquisados não contemplaram em sua resposta a questão efetuada.

Por outro lado, vários profissionais destacaram que a estrutura física da escola não contempla adequações para a aprendizagem. Também evidenciamos respostas que indicaram a necessidade de mais suporte para realização do processo de inclusão e de aprendizagem; a falta de equipe multifuncional; a busca na adequação do ambiente; a necessidade do professor adquirir materiais na falta deles; a importância do auxílio da gestão em promover adequações na estrutura escolar.

Exemplificamos alguns desses argumentos com a resposta de P13 que manifesta angústia sobre a estrutura adequada para realização do fazer pedagógico e que é dever do estado garantir o acesso pleno do aluno.

Nos falta material adequado. Temos uma sala de recursos multifuncionais a qual nunca receber os equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade (MEC). A sala foi equipada e alimentada por doações das professoras. Quando necessário e solicitado junto a direção escolar algum tipo de material se possível é comprado. Fico muito triste e a culpa no outro e nós professoras da Educação Especial não sabemos porque esse material não chega nas escolas. Esse material faz falta, poderia se fazer um trabalho mais qualidade estimulador, lúdico, obtendo melhores desempenhos.

O processo de inclusão está longe de acontecer na íntegra, além da falta de profissionais formados na área, há um grande problema estrutural o que impede a acessibilidade tanto para o fazer pedagógico como para a aprendizagem do aluno. Segundo Feuerstein (2010, p. 127) “[...] em relação à escola, não basta que os professores declarem que acreditam na inclusão e que o aluno com deficiência precisa ser respeitado, é necessário que toda a escola seja um ambiente modificável e que provoque a modificabilidade humana”.

Evidenciamos nas respostas dos pesquisados argumentos relativos a acessibilidade para favorecer o aluno incluso. Essa compreensão vai além da estrutura física da escola, implica no material utilizado para o apoio pedagógico, o que fará grande diferença no desenvolvimento das atividades em sala de aula.

Segundo P22 “A escola dispõe de algumas adaptações como banheiro e rampas de acesso. Deixa a desejar na oferta de materiais pedagógicos e didáticos.” E, na resposta de P21 verificamos: “Desconheço de forma geral devido as particularidades de cada aluno incluso mas para o meu aluno as condições oferecidas pela escola estão de acordo com as suas necessidades.”

Houve a explicitação por parte de alguns segundo professores da necessidade de incluir no coletivo escolar profissionais oriundos de outras áreas do conhecimento visando o melhor atendimento dos alunos. Conforme o anseio de P23 “[...] acho de deveria ter outros especialistas trabalhando na inclusão como fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas na escola acompanhando essas crianças”. Novamente a ênfase a valorização do trabalho em equipe, da necessidade de planejar de forma coletiva, em que várias áreas do conhecimento científico dialogam pelo objetivo de promoção do indivíduo, assim discorrido por Orrú (2014, p. 19)

A educação inclusiva vai além da convivência com a diversidade permite que os alunos se desenvolvem nos processos de ensino e aprendizagem, apreende a buscar soluções e exercitam solidariedade, o professor analisa além dos valores éticos, morais e sociais.

Ao perceber o aluno na sua individualidade, o segundo professor tem a possibilidade de desenvolver práticas de ensino de forma lúdica para promover a aprendizagem, portanto para que isso aconteça o profissional deve estar receptivo utilização de materiais diferenciados. Segundo P4:

[...] não possuímos materiais adequados, sendo que muitas vezes os professores precisam adaptar, de maneira custosa, pois não há muito tempo para isso, fragilizando assim a aprendizagem do educando. O espaço físico também oferece poucas possibilidades para proporcionar aos alunos aulas mais prazerosas e diversificadas.”

Ressaltando a indispensável e importante tarefa do planejamento constante direcionando os processos educativos. A escola é a segunda casa, os alunos precisam aprender a descobrir suas potencialidades e quem mostra o caminho são os educadores. Para Mantoan (2003, p.14):

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

O período em que se encontra a inclusão e a cidadania é de novos desafios, muitas transformações, porém há um grande percurso evidenciado nessa realidade.

Muitos são os avanços, mas é compreensível e significativo lembrar que o educando precisa ser respeitado em sua amplitude, sem discriminação social, cognitiva e de acessibilidade.

A escola inclusiva deve estar estruturada adequadamente para atender a todas as demandas, portanto é de responsabilidade de âmbito governamental a facilitação do acesso ao ensino regular para todos.

Para a maioria dos pesquisados, o entendimento acerca dos espaços de aprendizagem está relacionado a somente as salas de serviço de atendimento educacional especializado. Como afirma P5: “Somente a sala do SAEDE que são utilizadas pelo aluno no período oposto”, por outro lado, para P10 “A escola possui uma sala do SAEDE, que atende os alunos especiais em horários diferenciados dos períodos de aula. Quanto aos materiais cada professor procura produzir os seus, assim como os métodos de trabalho.” A estrutura de atendimento ao aluno em sala de aula se dá através do desenvolvimento de atividades diferenciadas pelo segundo professor, esse processo acontece paralelo ao atendimento especializado.

Nas respostas de alguns segundos professores verificamos dificuldades em discorrer sobre o que é a inclusão. Nesse sentido cabe o destaque a formação do segundo professor, pois nenhum dos pesquisados tem habilitação em Educação Especial. Compreendemos que um limite na ação do segundo professor está em sua plena condição de exercício do planejamento e ação pedagógica. A maioria dos pesquisados possui habilitação em Pedagogia o que auxilia e muito no processo de aprendizagem, por terem estudado as práticas de ensino.

Alguns segundos professores, juntamente com os professores regentes possibilitam que o aluno incluso tenha não só o direito e o acesso ao ensino, mas que tenham qualidade nas questões ligadas a aprendizagem, por meio do desenvolvimento de um planejamento coletivo e aplicação das práticas de ensino voltadas às especificidades dos alunos inclusos.

As limitações acontecem quando as partes envolvidas no processo de ensino e aprendizagem demonstram desinteresse na promoção da inclusão. No entanto, quando a instituição de ensino promove acessibilidade, os professores elaboram planejamento coletivo, aplicam um currículo flexibilizado com práticas de ensino e metodologias inovadoras, acompanhados de forma interativa pela família, a inclusão acontece de forma integral possibilitando que os diferentes se tornem iguais de direitos.





## 5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada investigou como o segundo professor compreende seu papel no processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusos; seu papel no desenvolvimento de ações; e de como o segundo professor atua, juntamente com o professor responsável pela turma, no que se refere ao planejamento e organização dos processos educativos.

No Bloco 1 objetivou analisar a concepção dos segundos professores sobre a inclusão escolar. Para a maioria dos pesquisados evidenciou-se que há um entendimento acerca deste assunto. Alguns pesquisados entendem esse processo como socialização.

O Bloco 2 visou compreender a perspectiva do segundo professor nos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos por este profissional e pelo professor regente, as questões de planejamento e a interação com o professor regente. Verificamos que considerando a amostra dos professores pesquisados há uma boa interação entre esses profissionais. Entretanto, em algumas respostas evidenciamos nem sempre esta interação acontece de forma adequada e permanece o segundo professor com um trabalho de adaptação aos materiais e as atividades para o trabalho com o aluno incluso de maneira solitária.

O Bloco 3 abordou a questão voltada a estrutura física e material adequada para oportunizar os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais. Verificamos que os profissionais envolvidos com a inclusão compreendem a necessidade de organização de ambientes e espaços de aprendizagem. A aprendizagem não é estática, pode ser desenvolvida nos mais variados ambientes e situações sob orientação “dos professores” que organizam de forma adequada espaços físicos, mentais, afetivos, sociais, entre outros, que favoreçam a todos os alunos que frequentam a escola.

Os dados coletados e analisados e que fazem parte de cada um dos blocos de análise permitem entender que se faz necessário mais estudos e formações continuadas para que todos os profissionais envolvidos com a inclusão na escola possam dar conta dessa e de outras questões, não somente ligadas à inclusão e diversidade, bem como, contemplar todos os alunos das instituições de ensino.

No que envolve a questão do segundo professor e suas especificidades relacionadas às práticas de ensino, planejamento com o professor regente e inclusive questões institucionais que permeiam o atendimento do aluno incluso no âmbito escolar em relação ao aluno regular é indispensável que as leis sejam cumpridas.

A história da educação especial nos remete a entender os avanços, até mesmo por parte da família, de não eliminar os filhos, e até mesmo excluí-los, escondê-los da sociedade; observamos que após muitos estudos e legitimação dos direitos de todos os indivíduos, com deficiências ou não, permitiu-se que esses indivíduos pudessem ter liberdade de conviver e viver, em diferentes espaços sejam familiar, social e educacional.

Um avanço em relação a educação inclusiva é o direito ao segundo professor, para auxiliar os alunos com e sem deficiência, inclusive o professor regente, nos processos de ensino e aprendizagem. O segundo professor trouxe consigo a possibilidade de recriar práticas de ensino transformadoras afim de auxiliar o aluno na sua integralidade, não somente o aluno com deficiências, mas também o aluno regular.

Com o advento do segundo professor nas escolas regulares o professor regente teve a oportunidade de dialogar com profissionais especializados, nas questões de inclusão, o que anteriormente era uma barreira para este no atendimento das deficiências múltiplas que surgiam em sala de aula.

Os alunos obtiveram grandes ganhos em relação a socialização e concomitantemente o desenvolvimento cognitivo nos processos envolvendo as questões de aprendizagem, o que anteriormente não abrangia as questões básicas de subsistência e relacionais por falta de conhecimento por parte da família, escola e sociedade, inclusive por uma questão de acessibilidade na saúde e na educação.

O avanço nas pesquisas dentro da medicina proporcionou possibilidades, inclusive de aumento de perspectiva de vida, pois apresentou um olhar diferenciado de entendimento sobre as deficiências múltiplas e suas especificidades, apresentando diagnósticos precisos para um tratamento apropriado e acolhimento social e educacional.

Esta pesquisa reitera a necessidade da continuidade das reflexões a respeito de práticas pedagógicas, planejamento coletivo para atender

efetivamente o educando e suas necessidades, a necessidade de reestruturação física afim de promover a acessibilidade num ambiente escolar reestruturado.

A educação é processual, contínua, com altos e baixos, com aprovações e reprovações, não seria diferente com alunos com limitações visíveis, pois independente de sua condição eles passam pelo processo de ensino e aprendizagem, mesmo que de maneira lenta continuam em evolução. O que diferencia a evolução ou estagnação do aluno incluso dentro da aprendizagem depende muito das práticas de ensino utilizadas que venham ao encontro das especificidades de cada indivíduo afim de superar as dificuldades que possam estar impedindo o sucesso no avanço intelectual e de todas as outras dimensões do desenvolvimento.

O público alvo da pesquisa são os segundos professores da rede estadual de ensino do estado de Santa Catarina, os pesquisados trabalham diretamente em sala de aula com a inclusão, atendem alunos com deficiências das mais variadas, como mediadores da inclusão na ocorrência da aprendizagem e socialização com os demais alunos da classe.

É função do processo de inclusão realizar adaptações afim de que o aluno incluso se sinta confortável no processo educacional como indivíduo participante integral nos processos pedagógicos na comunidade escolar, como cidadão, que participa de um processo de evolução na integralidade educacional.

Por outro lado, há que se destacar a importância da formação continuada, tanto para os segundos professores, quanto aos professores regentes, acerca da questão inclusão escolar, pelo fato de muitos docentes ainda não terem clareza a respeito de um assunto tão presente nas salas de aula. Muitas alternativas de práticas de ensino poderiam ser desenvolvidas para promover a aprendizagem de todos os alunos, na comunidade escolar, caso tivesse um plano de ensino objetivado para promoção do conhecimento.

Além da formação profissional continuada, o segundo professor precisa dispor de tempo para planejar atividades diferenciadas juntamente com o professor regente de sala de aula, para tanto, é mister que se garantam horas atividades (ADs), que são aulas exclusivas para planejamento adaptado de acordo com as necessidades, especificidades e avaliações, ou seja, um

momento para que o professor tenha a oportunidade de repensar suas práticas pedagógicas de maneira individual e coletiva, inclusive na busca de novas fontes de pesquisa e material didático.

Quando o momento de planejamento é oportunizado pode acontecer, também, uma troca de conhecimentos entre os professores envolvidos nos processos de ensino, oportunizando além de compartilhar saberes, acesso ao currículo, aos objetivos, metodologias e aos conteúdos para o segundo professor adaptar conforme as necessidades no decorrer do ano letivo.

Partindo desse pressuposto o aluno incluso, juntamente com os outros alunos terá possibilidades diferenciadas de crescimento cognitivo, social, intelectual e interpessoal, o que é indispensável para que o ser humano seja respeitado na sua totalidade como cidadão.

Quando o professor realiza o seu planejamento objetivando atender uma sala de aula, o que ocorre é que não há distinção alguma sobre condição cognitiva, física ou social para sua prática pedagógica, seu saber pedagógico, pois essas condições que vêm junto com o indivíduo são inerentes ao ato educacional e precisam ser respeitadas.

O educando, por sua vez, segue o exemplo, enquanto no processo ensino e aprendizagem se prioriza ações voltadas ao todo do aluno, em que não há distinção de um indivíduo em relação ao outro pela sua condição, mas pela sua individualidade, que é única.

Relacionado ao atendimento pedagógico, surge um questionamento acerca do atendimento dispensado aos alunos com necessidades especiais, por parte da orientação pedagógica escolar, pois se observa a partir da legislação que não existe qualquer documento referente a este tipo de atendimento, que vá além do recebimento do diagnóstico médico, embora o aluno incluso seja um aluno regular da escola.

Os grandes desafios para que esse processo seja efetivado depende de um todo, que vai além da aprendizagem envolve inclusive questões sociais, e emocionais, bem como o que se observa na pesquisa o fator tempo é determinante para se efetive o fazer pedagógico embasado em leituras e planejamento coletivo para as práticas pedagógicas.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda. **Formação de professores: pensar e fazer**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método em ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Thonson, 1999.

BARROSO, J. Incluir sim, mas onde? Para uma reconceituação sócio-comunitária da escola pública. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 11 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais Deficiência Física**. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Boletim Salto para futuro: espaços de inclusão e exclusão**. Brasília, DF: MEC, abril 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 ago. 2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13251:parecer-ceb-2001&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?id=13251:parecer-ceb-2001&option=com_content)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais e ética. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BUDEL, Gislaine; MEIER, Marcos. **Mediação da aprendizagem na educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2012.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CARNEIRO, M. S. C. Do ensino especial ao ensino regular: tentativas de integração escolar de alunos considerados portadores de necessidades educativas especiais. In: ZANELLA, A. V. et al. (Org.). **Psicologia e práticas sociais**, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CERVO, Luiz Amado; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica, para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 1983.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa**: princípio científico educativo. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FACIÓ, J. R. (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

FELTRIN, A. E. **Inclusão social na escola**. São Paulo: Paulinas, 2004.

FERRAZ, W. de A. Inclusão: uma alternativa ética. **Revista Pátio**: educação infantil, Porto Alegre: Artmed, ano 2, v. 3, n. 9, p. 9-11, nov. 2005/fev. 2006.

FERREIRA, W. Inclusão X exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCÍA, M. C. Formação de Professores Para uma mudança educativa. 1999

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002 (Série Pesquisa em Educação, v. 1).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

JANNUZZI, G. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez: USF, 1997.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, A. M. Crianças de classe especial: efeitos do encontro da saúde com a educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MACHADO, A. M. Articulação da saúde com a educação nos desafios da educação inclusiva. In: **Educação Inclusiva: direitos humanos na escola**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

MANTOAN, M. T. E. Prieto, Rosângela Gavioli, Arantes, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

\_\_\_\_\_. **Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos**. [1996?]. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.9.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

\_\_\_\_\_. O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. O direito de ser, sendo diferente, na escola. **Cienc. Let.**, Porto Alegre, n. 36, p. 47-62, jul./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2007.



\_\_\_\_\_. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas com Deficiência – LEPED/FE/ Unicamp, 2010. Disponível em: <<http://www.associacaoaolucas.org.br/artigos/pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

MARTINS, Vicente. **Quem necessita de educação especial?** Seção: Construir notícias, 20 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=982>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais:** reflexões sobre inclusão socioeducacional. 29 mar. 2003. Disponível em: <[www.educacaoonline.pro.br](http://www.educacaoonline.pro.br)>. Acesso em: 12 fev. 2013.

\_\_\_\_\_. **Educação especial no Brasil.** 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MITTLER, P. **Educação inclusiva:** contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORRÚ, S. E. **Para além da educação especial:** avanços e desafios de uma educação inclusiva. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

\_\_\_\_\_. **O re-inventar da inclusão: os desafios da diferença no processo de ensinar e aprender.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2017.

PACHECO, J. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAULA, J. **Inclusão:** mais que um desafio escolar, um desafio social. São Paulo: Jairo de Paula, 2004.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

\_\_\_\_\_. **Formando professores profissionais:** quais estratégias, quais competências. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PICCHI, M. B. **Parceiros da inclusão escolar.** São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo. Summus Editorial, 2006.

ROYO, M. Á. Lou; URQUÍZAR, N. L. **Bases Psicopedagógicas da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTA CATARINA. **Política de Educação Inclusiva**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 112/2006**. Fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis: Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, 12 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.cee.sc.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=63&order=date&dir=DESC](http://www.cee.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=63&order=date&dir=DESC)>. Acesso em: 15 fev. 2013.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Prática de Pesquisa em Educação no Brasil: lugares, dinâmicas e conflitos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, 2007.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.** [online], v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SASSAKI, R. K. **Construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. Campinas: Cortez; Autores Associados, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 40).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

STRIEDER, R.; MENDES, R.; ZIMMERMANN, R. L. G. **Nas dobras e endobras da educação inclusiva**: da igualdade para convivência com os diferentes. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2013.

TESSARO, N. S. **Inclusão escolar**: concepções de professores e alunos da educação regular e especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TOLCHINSKY, L. **Processos de aprendizagem e formação docente em condições de extrema diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:**a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais.** Brasília, DF: Corde, 1994.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Planejamento:** plano de ensino- aprendizagem e processo educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Obras Escogidas, Tomo V. **Fundamentos da defectologia.** Madrid: Visor, 1997.

## APÊNDICES:

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Carta para obtenção do consentimento livre e esclarecido para pesquisas que envolvam: adultos, questionário e avaliação

Caro(a) Senhor(a)

Eu, ....., aluna(o) do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) - Mestrado da Universidade do Oeste de Santa Catarina, Residente na ....., nº....., município (.....); telefone para contato (...), CEP....., estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada “**A Compreensão do segundo professor sobre o papel no processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusos**”. O objetivo desse estudo é investigar qual é a compreensão dos profissionais que atuam nas salas como segundo professor sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos que frequentam o ensino fundamental e de seu lugar neste processo.

Nesse sentido, venho solicitar sua colaboração no trabalho de pesquisa em foco. A coleta dos dados ocorrerá por meio de um questionário. Após esse momento de coleta, para fins de análise, transcreveremos, literalmente, cada uma das respostas coletadas e as analisaremos cientificamente. Em momento oportuno, após a análise, efetuaremos um novo contato com o(a) Sr(a) para devolução do que foi concluído no trabalho.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária. Informo que o(a) Sr(a). tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) na R. Jaime Martins Alves, n. 196, Joaçaba - SC, nos fones (049) 35512100, fone/fax: (049) 35512024, e comunique-se com o Presidente daquele comitê Prof. Dr. Jovani Steffani.

Também é garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Garanto que as informações obtidas serão analisadas, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. O Sr(a). tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e caso seja solicitado, darei

todas as informações que solicitar. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação.

Abaixo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo em foco.

Eu discuti com a(o) ..... (Responsável pela Pesquisa) sobre a minha decisão em participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do mesmo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ( )

\_\_\_\_\_

Data

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a)

**APÊNDICE B – Questionário entregue aos professores**

Prezado (a) Professor (a)!

Solicitamos sua participação na pesquisa intitulada “A Compreensão do segundo professor sobre o papel no processo de ensino e aprendizagem de alunos inclusos”, realizada pela mestranda Juliana Ampese Lazzarotti Dias, vinculada ao Curso de Mestrado em Educação da Unoesc, Campus de Joaçaba (SC) e orientada pela Profa. Maria Teresa C. Trevisol. Estamos convidando-o a responder o questionário a seguir, a sua compreensão a respeito da questão tratada nesta pesquisa é de nosso interesse e colaborará para a análise e discussão desta temática no contexto educacional.

Contamos com sua colaboração!

Atenciosamente,

As pesquisadoras!

A - Dados de Identificação

Nome \_\_\_\_\_

Formação: ( ) Efetuando a graduação ( ) Graduado ( ) Pós-Graduado ( )

( ) Mestre ( ) Doutor

Escola em que atua \_\_\_\_\_

Tempo em que atua no magistério:

( ) 1 a 2 anos ( ) 3 a 4 anos ( ) 5 a 7 anos ( ) 8 a 10 anos ( ) 11 a 15 anos ( ) acima de 15 anos

Quantas horas semanais atua na escola:

( ) 10 hora ( ) 20 horas ( ) 40 horas ( ) 60 horas

Efetivo ( ) Contratado ( )

Turmas em que atua \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade: ( ) 20 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) 41 a 58 anos ( ) acima 58 anos

B – Questões

1-Há quanto tempo você atua como segundo professor na escola?

- 2- Descreva seu entendimento a respeito da inclusão e do processo de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos no contexto escolar.
- 3- Descreva seu papel como segundo professor, juntamente com o professor responsável pela turma, nos processos de ensino e de aprendizagem dos alunos inclusos?
- 4- Você e o professor responsável pela classe efetuam o planejamento e a organização das aulas juntos? Sim, Não, justifique.
- 5- Se efetuam esse planejamento e a organização das atividades juntos, como este processo ocorre? Que elementos levam em consideração no planejamento das atividades para os alunos que frequentam a sala de aula? Quando e quantas vezes, por semana ou por mês este planejamento e organização das atividades ocorre?
- 6- Como você avalia sua interação com o professor (a) responsável pela classe?
- 7- Na escola em que atua há espaços de aprendizagem, estrutura física e material adequado para oportunizar os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais? Posicione-se a respeito.
- 8- Quais são os limites e possibilidades da atuação do segundo professor em sala de aula, particularmente no atendimento de alunos inclusos?